



Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pelo Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Diamantino António Caldeira Estanislau.

### VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

#### a) Chamada

O Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

**Coligação Democrática Unitária** – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Diamantino António Caldeira Estanislau e Joana Margarida Banito Tomé.

**Partido Socialista** – Maria João Teigas Santos Palma, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

**Partido Social Democrata** – Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido e Isabel Maria Conde da Silva Ramalho.

**CHEGA** – Luís Miguel Leitão Maurício.

**Bloco de Esquerda** – Vitor Manuel Freitas Rosa.

**Pessoas-Animais-Natureza** – Mariana Vieira Crespo.

**Iniciativa Liberal** – Flávio Miguel Matos Lança.

**Presidentes de Junta** – Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e os Srs. Vereadores: Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Carvalho, Fernando Miguel Catarino José, Domingos Semedo em substituição de Vitor Manuel Ramalho Ferreira (conforme documentos registados sob os n.ºs 1 a 3, arquivados em pasta anexa à presente ata), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues e Joel Alexandre Neves Marques.

## **b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato**

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Simão Monteiro Calixto e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, conforme documentos registados sob os n.ºs 4 a 7, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Ilídio Fernandes Ferreira, António Hugo Lindo dos Santos Caracol Rafaela Isabel Graça Nunes, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, Pedro Miguel Pereira Florêncio, Maria Nazaré de Souza Oliveira e Helena Isabel Herrera Ramos Ferreira, conforme documentos registados sob os n.ºs 8 a 16, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, António Miguel da Costa Ferreira, Alexandre Miguel Cardoso Teles e Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, conforme documentos registados sob os n.ºs 17 a 20, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentou pedido de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel, conforme documento registado sob o n.º 21, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentaram pedidos de substituição os seguintes Presidentes de Juntas de Freguesia: Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), tendo sido substituído por Fátima de Jesus Carixas Silveirinha, Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), tendo sido substituído por Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos, Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado), tendo sido substituída por João Paulo de Oliveira Vieira e Sónia Cristina Pereira Paulo (Presidente da União das Freguesias de Azeitão), tendo sido substituída por José Manuel Lima Neves, conforme documentos registados sob os n.ºs 22 a 25, arquivados em pasta anexa à presente ata.

## **c) Substitutos e sua posse**

Chamado a cidadã que se segue na lista da CDU, Anita da Conceição Birrento Vilar, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, João Manuel Martins da Silva, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Nuno Miguel Batista Lopes, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, João Miguel Cristóvão Mota de Sousa Fidalgo, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, António Pedro Mano Loução, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Óscar Alexandre de Jesus dos Santos, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PPD/PSD, Natália Jennifer Watts Soares, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do CHEGA, Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

#### **A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Presidente da Mesa** – Temos quatro inscrições para intervenção e recorde que temos um limite de 30 minutos neste período e cada pessoa tem 5 minutos para fazer a sua intervenção (conforme documentos registados sob os n.ºs 27 a 30, arquivados em pasta anexa à presente ata).

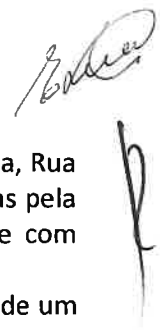
**Alberto Sousa Pereira** – Vou aqui apresentar dois assuntos, em primeiro lugar uma reclamação de um assunto que não é do foro da Câmara, mas quanto a mim é muito preocupante para a cidade de Setúbal e a seguir vou apresentar um Voto de Pesar pela morte de uma pessoa que muito diz a Setúbal e que inexplicavelmente nesta Assembleia não teve direito a nenhum Voto de Pesar pelos partidos.

O assunto que vou levantar é sobre a circulação de trotinetas e bicicletas em cima dos passeios e nas zonas reservadas a peões. Cerca de 8 vezes por semana sou obrigado a atravessar toda a baixa da cidade e estou constantemente a ser incomodado por trotinetas e bicicletas que circulam em locais exclusivo para peões e a situação é de tal maneira grave que até os imigrantes, mesmo os que não falam português, já estão a cometer esse erro, porque eles vêm os portugueses a cometer impunemente esse ilícito.

Sempre que posso, chamo a atenção e oiço palavrões, perguntam se eu sou o dono da rua, se sou da polícia, por duas vezes já me quiseram bater e apenas houve uma pessoa que compreendeu que eu tinha razão. O que é que faz a PSP? A PSP não faz nada, aliás, sempre que se fala sobre este assunto à PSP, a resposta é sempre que não têm queixas. Como é que um cidadão pode apresentar queixa de um veículo que circulava a 25 Km/hora e não tem matrícula? Sou atingido por um veículo e que elementos é que tenho para apresentar na PSP? nenhuns! Portanto, a PSP nunca tem queixas e a ideia que tenho é que a PSP só atua em duas situações, se houver feridos, porque vem o INEM e faz o relatório e a PSP não pode ficar atrás, ou então quando há alteração de ordem pública, porque a PSP tem um medo terrível do Correio da Manhã e das televisões. Quando não acontecem estas duas situações, a resposta é sempre que não têm efetivos e não têm carros disponíveis.

Comigo passou-se um caso verdadeiramente inacreditável, uma motorizada de um estafeta circulava numa zona só para peões, disse-lhe que ele não podia estar a circular, tirei todos os dados, inclusive o da matrícula, e fui apresentar queixa à PSP. Fui à esquadra e disseram-me que aquele assunto não era naquela esquadra, era nas esquadras reservadas ao trânsito, que fica quase na estrada para Lisboa. Desloquei-me à esquadra, primeiro obstáculo, quando lá cheguei o polícia olhou para mim com ar contrariado, como que pensando *“Vem para aqui este individuo dar-me trabalho”* e perguntou-me se tinha uma fotografia do acidente. Quer dizer, um indivíduo é quase atropelado por uma mota e tem de apresentar uma fotografia, fiquei de boca aberta e respondi que não tinha, mas que tinha todos os elementos, a matrícula, a marca, o modelo da motorizada, a idade aproximada do senhor, o que levava vestido, a mala que tinha atrás com o nome da empresa de distribuição de comida, dei todos os elementos.

Quarto obstáculo, *“Há, pois, se enviar isto por correio, é muito mais rápido”*, isto só para não ter trabalho. Enviei por correio eletrónico todos os elementos há 3 meses e ainda hoje não tive notícia da receção e não sei que diligência é que houve. Assim não há dúvida que a PSP não tenha queixas.



Isto era fácil, bastava destacar um polícia à paisana a circular na baixa da cidade, Largo da Misericórdia, Rua dos Ourives, passagem de peões por baixo do apeadeiro do Quebedo e chamar a atenção das pessoas pela primeira vez e depois aplicavam as multas, porque qualquer dia poderá haver um acidente grave com pessoas de idade ou crianças e depois lá vêm as lamúrias do costume. Bom, assunto encerrado.

O segundo assunto é o seguinte, venho apresentar uma homenagem e um Voto de Pesar pela morte de um antigo Governador Civil de Setúbal, que foi o Dr. Luís Graça. Luís Graça morreu no princípio deste mês aqui em Palmela, com uma doença muito prolongada e foi Governador Civil entre junho de 1990 e novembro de 1992. Luís Graça era licenciado em história, foi professor de Ensino Secundário, a seguir foi professor na Universidade de Lisboa, foi professor da Universidade Católica onde se Doutorou em História Contemporânea, que era a especialidade dele. Ocupou diversos cargos ligados à história e alguns até de relevo, mas onde ele se distinguiu, quanto a mim, foi como Governador Civil de Setúbal.

De longe, o melhor Governador Civil em Setúbal de todos os governadores nomeados por partidos e eleitos, não há comparação com todos os outros. O que é que ele tinha de especial? Em primeiro lugar era uma pessoa muito culta, muito atenciosa, de fino trato, muito afável, absolutamente nada sectário, tive a ocasião de por duas vezes lidar com ele, recebia toda a gente, ouvia toda a gente e esforçava-se por ouvir os seus problemas. Foi uma pessoa perfeitamente exemplar, que morreu há pouco tempo.

O Luís Aleluia tem direito a quatro Votos de Pesar, uma senhora que era bailarina tem três Votos de Pesar e o Dr. Luís Graça nem sequer tem um Voto de Pesar, nem do partido que representou toda a sua vida que foi o PSD. O Doutor Luís Graça deixou duas marcas em Setúbal, ele publicou um livro muito bom, que é “A cidadania e o Governo Civil”, em que ele faz uma análise histórica do Governo Civil desde o século XIX até ao presente e depois faz o ensaio filosófico-político sobre a cidadania e a influência no Governo Civil. Foi uma edição do Governo Civil que foi distribuída por diversos sítios.

Outra coisa que vos digo, é que foi graças ao Dr. Luís Graça que o grande fotógrafo setubalense Américo Ribeiro, cujo arquivo foi comprado pela Câmara e está situado no Bairro de São Domingos, foi graças a ele que esse fotógrafo recebeu a medalha de mérito distrital, temos a honra de o diploma ser assinado por ele. Por todas estas razões, aqui está a minha homenagem ao Dr. Luís Graça. Obrigado pela vossa atenção.

**Presidente da Mesa** – Não estando formalizado nenhum Voto de Pesar, eu adoto, concordo, apoio essa referência expressa pelo Alberto Sousa Pereira e proponho ao plenário que nos Votos de Pesar se inclua o voto pelo falecimento do Dr. Luís Graça.

Peço aos membros da Assembleia que enquanto se fazem intervenções, seja do público, seja dos eleitos, se evitem os murmúrios, parece que não estamos a incomodar ninguém, mas há várias pessoas a falar baixinho e cria-se assim um ambiente de murmúrio que é difícil, às vezes, se perceber o que se está a falar e quem não tiver uma voz muito projetada ainda se torna mais difícil perceber.

**Carlos Alberto Nunes** – Venho hoje na qualidade de cidadão residente nesta cidade apresentar a Vossas Excelências o meu caso pessoal, com a coragem de quem perante vós e em audiência pública, vem expor nos breves minutos que me são consignados e no âmbito de intervenção aberta ao Público, ao abrigo do requerimento de intervenção solicitada à Mesa da Assembleia da Câmara Municipal de Setúbal, entidade pública por mim eleita enquanto cidadão e na qual participei no ato eleitoral, realizado no dia 26 de setembro de 2021, como é possível verificar nos cadernos eleitorais, através do meu nome, Carlos Alberto Mendes Nunes, possuidor de Cartão de Cidadão e nascido a 5 de setembro de 1962. Tenho, portanto, 60 anos e prestes a fazer 61 e uma história triste para vos contar de uma pequena parte da minha vida desde o primeiro dia em que dormi em Setúbal, no dia 11 de janeiro de 2021, data devidamente comprovada com fatura/recibo emitida a 25/01/2021 pela empresa de Alojamento Local Domus Plaza Unipessoal.

Estávamos, pois, em plena pandemia, sendo que antes desta data tinha liquidado a 4 de janeiro a última fatura da Travel Solutions Cooperativa, um projeto cooperativo de agências de viagem iniciada em 2018, tendo obtido o registo de admissibilidade a 24 setembro 2020 e que, desde esta situação pandémica, viria a ser abortado não sem que antes colaboradores e clientes tentassem numa ação judicial que viria a ser arquivada por decisão da Juíza em 15 de abril de 2023.

Passemos, então, a alguns factos e gostava que depois ficasse na própria Ata da Assembleia.

A 12 de fevereiro de 2021 efetuei a minha inscrição no Centro de Emprego de Setúbal, com vista a requerer o RSI, pois já não tinha recursos financeiros para liquidar o Alojamento Local e passei a ser acompanhado oficialmente pela Cáritas Diocesana de Setúbal, a partir do dia um de março de 2021. Sem abrigo e em precariedade económica, a 23 de março de 2021 é deferida a prestação de Rendimento Social de Inserção de 189,66€. Finalmente, ao abrigo da resposta social da Cáritas, sou inserido no programa Habita, Apartamentos Partilhados, com contrato celebrado a partir do dia um de abril de 2021, onde estou até hoje e pago 76€ pelo quarto.

A 18 de maio de 2021 e depois de várias tentativas de procura ativa de emprego no Centro de Emprego de Setúbal, via IEFP, sendo frustradas, consigo iniciar um programa de formação faseado, na CEFOSAP, através do Gabinete de Inserção Profissional da UGT de Setúbal para adquirir novas competências profissionais, ações essas que ainda frequento até ao dia de hoje, 30 de junho presente.

Durante estas ações adquiri várias competências e estou incentivado a iniciar uma nova atividade mediante a apresentação de um projeto ao abrigo do EMPREENDE XXI, na área tecnológica, nomeadamente, na inclusão digital para a cidade de Setúbal.

Chegado aqui e à incerteza do projeto ser aprovado, pois a resposta que me foi comunicada pela entidade parceira MADAN de Almada é de que apenas têm dois técnicos e, neste momento, já têm mais de 25 candidaturas. Além disso, estou confrontado com a minha situação habitacional, pois só com mais de 2 anos de residência em Setúbal pude apresentar a minha candidatura para a atribuição de habitação pública, algo que não acontece por motivos humanitários a refugiados e a requerentes de asilo, ao contrário de muitos cidadãos nascidos e criados em Portugal.

Assim sendo, foi no passado dia 5 de maio de 2023 que ficou registado com o número 118/23, a minha candidatura à qual foi anexado uma carta de parecer da própria Cáritas Diocesana, ainda assim e, de acordo com os serviços, vou ficar à espera da minha classificação ao abrigo de uma matriz, tendo-me sido comunicada pela Dra. Paula, via telefone, que daqui a 4 meses receberei uma carta com o meu posicionamento, sendo certo e dito pela própria que a Câmara não tem soluções para os próximos anos.

Acresce, também, que há mais de um ano solicitei uma reunião presencial para pedir o meu certificado de aptidão pedagógica que tirei no dia 21 maio de 2004 e que, entretanto, foi extraviado. Mais recentemente, no dia 9 de maio do presente ano, solicitei via e-mail nova reunião com o Dr. Júlio Palma, não tendo, até ao momento, qualquer resposta, o que me deixa muito triste, pois seria esta uma área onde poderia ser inserido como formador, já que o simples facto de não poder trabalhar em áreas fabris e logísticas onde trabalhei desde 1979...

**Presidente da Mesa** – Já ultrapassou o seu tempo.

**Carlos Alberto Nunes** – Peço para me darem mais um bocadinho de tempo para intervir, se não se importam, isto é muito importante.

Já que o simples facto de não poder trabalhar em áreas fabris e logísticas onde trabalhei desde 1979 até 2014, deixaram as suas marcas, nomeadamente problemas respiratórios, tendinites nos membros superiores e de circulação a nível dos membros inferiores. Também aqui, depois de uma primeira tentativa para o pedido de um atestado de multiusos e agendado para uma Junta Médica para reforma antecipada, fui confrontado com a caducidade da primeira bateria de exames, pelo que tenho de fazer novos exames até setembro e ficar, mais uma vez, na expectativa que após a marcação para data imprevisível me passem novamente a validade.

Senhor Presidente da Câmara e restantes presentes, estou aqui hoje a dar a cara, com o risco de ser apontado amanhã na rua como mais um miserável português nascido, criado, formado que trabalhou e fez os seus descontos desde 1980 e que agora está a viver à conta da sociedade como muitos dos nossos cidadãos dizem à boca aberta nos cafés e não só, esquecendo-se desses mesmos cidadãos que alguém que já viveu com os meus descontos e sim, com os meus votos também.

O que estão a fazer com muitos de nós portugueses de plenos direitos é um abuso, sim, e sinto-me violado nos meus direitos, pois a bem ou a mal tenho uma história de mais de 60 anos neste país e estou a ser vítima, desculpem a palavra, mas é mesmo assim de “racismo branco nacional”.

Não estou preso, mas não sou livre, pois estou amarrado a este sistema que muitas vezes dá a quem não necessita e tira a quem já muito deu. Não me conformo com matrizes e prazos alongados pelo direito a uma habitação pública e sim, pode haver prioridades nesse direito, mas a bem da justiça social esse direito deve ser dado aos que estando sós e sem família votam e cumprem o seu dever cívico.

Não me conformo com habitação pública atribuída a quem dela não necessita e melhor do que eu para avaliar, podem os vossos serviços fiscalizar, atuar, seja por falta de pagamento ou destruição do edificado e mais grave, subalugar tendo desta forma rendimento suplementar livre de impostos.

**Presidente da Mesa** – Tem de concluir.

**Carlos Alberto Nunes** – Eu sei, mas isto é importantíssimo, peço mais um bocadinho de paciência.

**Presidente da Mesa** – Tem de resumir a sua intervenção. Claro que o seu caso é um caso de apoio social, é um caso de habitação.

**Carlos Alberto Nunes** – Então vou deixar a carta, se não se importam, à Mesa para que a faça chegar ao Sr. Presidente da Câmara e para que de uma vez por todas os cidadãos deste país tenham alguns direitos e não só deveres. Muito obrigado pela vossa atenção.

Fica, também, um poema para o Sr. Presidente que não pude ler.

**Paulo Anacleto** – Chamo-me Paulo Anacleto, tenho 49 anos, sou oficial de justiça e sou o pai de um menino com autismo.

O assunto que me traz cá hoje é a Escola Inclusiva. Não sei se sabem, alguns aqui presentes podem não saber, crianças com autismo ou com trissomia ou com outras deficiências até 2008 não frequentavam a escola regular, essas crianças tinham que andar nas escolas especiais. A partir de 2008 foi criado o Decreto-Lei n.º 3, que trouxe estas crianças para as escolas, criou-se nos concelhos escolas de referência, escolas para autismo, escolas para outras multideficiências, para surdos e para invisuais. Passado 20 anos, criou-se outro Decreto-Lei, porque se entendeu que as coisas não estavam a funcionar bem, as crianças continuavam a não estarem incluídas nas escolas, as crianças apenas andavam na escola. É esse Decreto-Lei 54/2018 que, neste momento, se está a trabalhar.

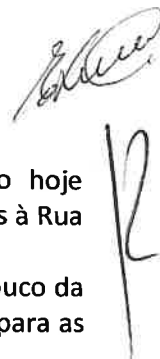
Considero que o meu filho continua não incluído na escola e é isso que hoje venho aqui pedir aos partidos presentes que coloquem na vossa agenda política a Educação Inclusiva. A Escola Inclusiva, hoje em dia, ainda não existe, os próprios professores de educação especial continuam a não estar incluídos na escola, continuam a ser professores que são colocados um pouco à parte, um menino quando entra com qualquer tipo de deficiência, os colegas dizem logo “Atenção, este é para ti.”. As coisas não podem continuar assim.

Nós sabemos fazer as coisas, Setúbal é um bom exemplo de saber incluir, o caso dos ucranianos foi um belo exemplo de como sabemos incluir as crianças. As crianças vieram de uma situação extremamente difícil e nós e as escolas soubemos incluir as crianças, todos se uniram, o IPSS, o município, as juntas de freguesia, as escolas, a comunidade em geral souberam aceitar estas crianças como elas vinham, ajudamo-las a se incluir na escola e passado poucos meses estas crianças estavam a aprender. Era isto que eu queria que acontecesse ao meu filho, o meu filho já anda há 10 anos na escola e ele continua a ser um menino que anda por lá, isto não pode continuar.

Venho aqui pedir aos partidos políticos para colocarem na vossa agenda a Educação Inclusiva, porque estas crianças têm capacidades, se não apostarmos nelas agora, enquanto elas estão na idade de aprender, estas crianças em adultos vão ser apenas mais umas pessoas que vão estar numas instituições fechadas. Era isto que vos pedia, obrigado.

**Presidente da Mesa** – É um retrato de uma situação que vive na família e que é cada vez mais preocupante na nossa sociedade e no sistema de ensino.

**Ana Margarida Paiva** – Inicialmente quero agradecer o envio do Parecer Técnico Municipal enviado ao final desta tarde, a tempo de trazer estrategicamente um esclarecimento para a Assembleia Municipal e



comunidade. O esclarecimento a que me estou a referir é o Parecer Técnico que foi emitido hoje relativamente, agora já não alegado Complexo Municipal em Brejos de Azeitão, nos terrenos contíguos à Rua da Florex, que trouxe aqui o pedido de esclarecimento inicial a 28/04 e que só chegou hoje.

Referir que carece, da minha parte, de análise aprofundada, uma vez que chegou perto das cinco e pouco da tarde, no entanto, da análise prévia realizada posso referir que é tecnicamente frágil, especialmente para as recomendações e práticas do século XXI, no âmbito do desenvolvimento económico sustentável.

É uma viabilidade de implantação e construção tácita, na medida em que, como é do conhecimento de todos os eleitos presentes nesta Assembleia, as condicionantes deixarão de ser imperativas após a promulgação no final de julho, conforme está programado, do projeto de Lei n.º 77, 15º, de iniciativa do atual Governo que tem maioria absoluta e que tem estado a ser trabalhado por todas as forças partidárias no Parlamento português, com contestação clara de todas as ONG de proteção ambiental portuguesa. O terreno é privado, o projeto é promovido por uma entidade que dá pelo nome de Vitória Futebol Clube, é uma entidade do terceiro setor, que sabemos que tem tido intervenções diversas e sucessivas de apoio financeiro dos sucessivos executivos municipais. Não vou ser criativa.

Este projeto é composto, nomeadamente por onze campos de futebol de relva natural, a ser construído, recorde, em solo classificado como Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, como é vulgarmente chamado. Mais do que parecer, os eleitos do país têm de ser, estamos numa democracia.

Afinal, o boato era, de facto, conhecido do executivo aquando da minha primeira interpelação em 28/04, ao contrário do que foi comunicado por intermédio do Presidente da Mesa desta Assembleia por parte do Presidente da Câmara e Vice-Presidente da Câmara. Afinal, os terrenos contíguos à Rua da Florex que, neste momento, são prado e reserva regenerativa ecológica daquela região, ainda estão classificados como solos REN e RAN, e têm agora a autorização do Executivo Municipal para construção imobiliária e, como é óbvio, deixará de ser uma bolsa de regeneração ecológica da região. Recorde que temos aquíferos na nossa região e que estão cada vez mais baixos.

Não me vou alongar, porque, como disse no início, o parecer aprofundado ainda não foi feito. Muito obrigada.

**Vereadora Rita Carvalho** – Respondendo à questão colocada pela dona Ana Paiva, como disse, o parecer foi enviado hoje e não terá tido, como é evidente, tempo suficiente para o estudar, mas só quero fazer duas referências que são fundamentais para perceber a situação em concreto.

Primeira, não estamos a falar de solos de Reserva Ecológica Nacional e não se aplicará o diploma que referiu e que está a ser avaliado na Assembleia da República, estamos a falar de solos que são Reserva Agrícola e, por isso, o próprio parecer diz *“A ser considerado este complexo, está sujeito ao parecer da DRAP”*, que é a entidade que tem competência para verificar a compatibilidade de usos.

Depois, também, fez a referência a que a Câmara já terá feito uma autorização e que era do conhecimento da mesma, é evidente que não fez a autorização e está expresso no parecer, mas o que eu sugiro é que, de facto, avalie melhor o parecer e quando considerar oportuno podemos fazer uma reunião de trabalho para explicar as situações em concreto.

Vale a pena, também, referenciar que está em causa um pedido de informação prévia que corre nos serviços, que foi pedida mais informação, nomeadamente, a viabilidade económica, os elementos técnicos e económicos para justificar a possibilidade de enquadrar este empreendimento, no âmbito do Plano Diretor Municipal, e que, de facto, é um território com condicionantes, nomeadamente, Reserva Agrícola que tem existência de uma linha de água, está na zona especial de proteção do monumento nacional Palácio e Quinta da Bacalhôa, Rede Natura 2000 e tem infraestrutura elétrica, daí estar sujeito a parecer de várias entidades externas ao município.

O que deixo é a recomendação, em caso de necessidade de algum esclarecimento ou de uma conversa mais específica, podemos agendar uma conversa como já fizemos, noutras situações.

Disse que estava autorizado pelo município, mas não está. Obviamente que não está, porque ele está sujeito a uma competência da Câmara, não foi feita...

Sugiro que faça uma leitura do documento e depois falamos, como já fizemos noutras situações.

## VOTAÇÃO DAS ATAS

### 1. Ata da sessão ordinária da Assembleia de 28 de abril de 2023

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

### 2. Ata da sessão extraordinária da Assembleia de 12 de maio de 2023

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

## B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### I – INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS

#### a) Interpeleções ao Executivo

**Mariana Crespo (PAN)** – Na reunião extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, realizada no dia 19 de novembro de 2021, foi aprovada uma recomendação do PS quanto à identificação e atualização das colónias de gatos no Parque Natural da Arrábida, bem como o reforço dos programas de esterilização existentes via CROAC ou via parceiros zoófilos.

Na reunião ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, realizada em 24 de junho de 2022, ou seja, há um ano, foi aprovada a recomendação do PAN para a implementação de uma campanha CED, Captura, Esterilização e Devolução, para as colónias de gatos existentes no Parque Natural da Serra da Arrábida.

Em reunião ordinária de 24 de fevereiro de 2023, a Assembleia Municipal de Setúbal aprovou a recomendação do PAN relativa à construção de um parque próprio adjacente ao CROAC de Setúbal para realojamento de colónias de gatos assilvestrados retirados do Parque Natural da Serra da Arrábida. Isto porque, aparentemente, o impedimento à ação das campanhas CED seria a falta de um parecer do ICNF que as autorizasse no Parque Natural da Arrábida.

De acordo com o ofício 110/2022 da presidência, em resposta ao requerimento do PS, apresentado também na reunião ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal de 24 de junho de 2022, o número de animais estimados nas colónias de gatos residentes na zona do Parque Natural seria de um total aproximado de 125 exemplares. Sem controlo adequado, ao fim de todo este tempo, continua-se a observar a reprodução descontrolada destes gatos, em particular na zona do Hospital do Outão, onde recentemente têm sido fotografadas várias ninhadas.

Passado quase um ano e meio, desde as primeiras recomendações, gostaria de saber qual o ponto de situação quanto às campanhas CED no Parque Natural da Arrábida, qual o parecer e a decisão do ICNF relativamente a essas campanhas, quantos gatos e colónias estão atualmente contabilizados na Arrábida e quando serão retiradas as colónias de gatos da Serra da Arrábida?

**Flávio Lança (IL)** – Senhor Presidente, tenho aqui duas questões que lhe gostava de colocar, temos a informação que na Rua Monte do Sebo, no Vale da Rasca, devido ao crescimento das árvores, os camiões que devem ir fazer a expiração das fossas sépticas não o estão a fazer. Contactado os Serviços Municipalizados de Setúbal, estes remetem os municípios para a Câmara Municipal para solicitar o corte das árvores. Não compreendemos esta falta de comunicação entre os Serviços Municipalizados de Setúbal e a Câmara Municipal. Gostaríamos de saber se tem conhecimento desta situação e quando estará resolvido?

Em relação ao estacionamento temos, também, conhecimento, através de várias queixas realizadas por municípios, que a DATAREDE não está a notificar, por carta registada, os municípios com infrações de estacionamento. Como o aviso de liquidação colocado no para-brisas é de papel e muitas vezes com chuva, o papel pode desaparecer, existindo municípios que podem acabar por não saber que foram notificados.



A DATAREDE sem qualquer notificação formal ao proprietário do veículo, findo o prazo para pagamento e se este não for realizado, cobra uma despesa administrativa de 15 euros, valor com IVA. Gostava que nos explicasse, Sr. Presidente, se este é o procedimento acordado com a concessionária e se tem a aprovação da ANSR, qual o fundamento e onde está regulamentado, uma vez que não encontramos esta despesa administrativa no preçário publicado.

**Luís Maurício (CH)** – Senhor Presidente, como sabe começou o verão, com isso a vontade das pessoas irem às praias, mas no sábado fui fazer uma viagem para ver como era ir de autocarro para a praia. Fui até ao Centro Comercial Alegro e estive duas horas à espera do autocarro, paguei 2,60€ pelo bilhete, depois, até chegar à praia demorei quase hora e meia. Isso é o que qualquer setubalense assim espera.

Ao fazer esse trajeto, comecei a olhar para Troia, cada vez torna-se mais uma miragem, por isso faço duas perguntas ao Sr. Presidente, para quando um verdadeiro plano estratégico sobre o assunto das praias em Setúbal para devolver a praia aos setubalenses e segundo, Sr. Presidente já lhe tinha dito isto, vou-lhe dizer novamente, para quando reunir com o concessionário que faz a travessia para Troia, para quando reunir com a Atlantic Ferries para tentar chegar a um acordo para que todos os habitantes do concelho de Setúbal consigam ter viagens a um preço mais acessível. Neste momento, ir para as praias da Figueirinha, Arrábida, Portinho, Galapos, esta última foi considerada uma das mais belas do mundo, considera-se uma missão quase impossível.

**Carla Oliveira (CH)** – Gostava de perguntar ao executivo da Câmara Municipal de Setúbal, na pessoa do Sr. Presidente, em relação àquilo que estamos a acompanhar que é a greve dos soldados da paz, os Bombeiros Sapadores de Setúbal, os quais estão em greve consecutiva já há 8 meses e estamos agora a aproximarmos do período de verão e com isso a ameaça dos incêndios. A minha pergunta é se já foi agendada a tal reunião para que se chegasse a um compromisso que foi falado na última Assembleia Extraordinária e gostava, ainda, de perguntar no mesmo seguimento se é verdade que o Município recorreu da sentença que dava razão judicial aos Bombeiros Sapadores de Setúbal.

**Vítor Rosa (BE)** – Sendo que o município deve ter, na nossa opinião, um papel fiscalizador das práticas do concessionário Alsa Todi que prestam serviço público de transportes no nosso concelho e como são gastas as verbas pelo município na Carris Metropolitana, trago aqui algumas questões.

Tem o município conhecimento da existência de contrato de outsourcing entre a Alsa Todi e a Auto Viação Feirense, Lda.? Se sim, se pode dar conhecimento do mesmo a esta assembleia ou pelo menos à Comissão de Urbanismo.

Partindo do pressuposto que o município não tem conhecimento deste contrato e que as relações da gestão de transportes é apenas e só com a Alsa Todi, tem o município conhecimento, através da Alsa Todi, que esta empresa Auto Viação Feirense tem quatro processos instaurados pelo Ministério Público sobre o não cumprimento de obrigações contratuais com alguns trabalhadores, sobre o não pagamento de horas extras? Tem o município conhecimento que só agora alguns motoristas estão em formação para obtenção do CAM, exercendo a sua profissão há mais de quatro meses sem o mesmo?

Se têm chegado ao município queixas de trabalhadores sobre pressões e ameaças da parte Auto Feirense devido aos atrasos no pagamento de horas extras? Tem o município conhecimento, pela Alsa Todi, que os trabalhadores da Auto Feirense a viver no Pinhal Novo pagam parte do seu alojamento, verba descontada no seu salário? Tem o município conhecimento do contrato Alsa Todi com a Carris Metropolitana que consta a prestação de serviços de turismo, alocando para o efeito motoristas que deveriam estar a cumprir horários de serviço público às populações, o mesmo pela alocação de motoristas a serviço em Lisboa, ligação de rodovia com metro e consequentemente com prejuízos de prestação de serviços aqui no concelho?

Por último, em relação à gestão de horários, que acertos têm sido feitos para evitar gastos desnecessários como, por exemplo, um autocarro a fazer um serviço às 2 da manhã entre o Mercado do Livramento e o Centro de Saúde de Vale do Cobro, que normalmente são linhas zero, ou seja, não tem um único utente. Ou a sobreposição de três autocarros, o 4403, 4551 e 4423, a fazer a mesma linha terminando um no Ferro de Engomar, outro em Palmela e o outro nas Amoreiras frente ao viveiro da Câmara, seguindo às vezes uns atrás dos outros nos mesmos horários.

Deixo como sugestão final, a chamada da Alsa Todi à Comissão de Urbanismo para auscultação e esclarecimentos destas e de outras queixas que possam vir a ficar dependentes das respostas que aqui venham a ser dadas hoje.

Quanto à questão levantada aqui pela munícipe, relativamente à questão de Azeitão, e não querendo ser porta-voz da Comissão de Urbanismo, mas acho que seria de todo o interesse acompanhar esta situação, porque a dimensão daquilo que se pretende construir naquela zona e o impacto que poderá vir a ter, acho que deveria merecer da parte da Comissão de Urbanismo o acompanhamento relativamente, não só àquilo que vai ser ou se pretende construir, como também aos respetivos pareceres das entidades sobre a qual compete dar a sua opinião.

**Mário Aranha (PS)** – Tenho duas questões muito rápidas e muito simples. O Sr. Presidente numa entrevista a um jornal local referiu que, desde o início do mandato, tinham sido investidos 280 milhões de euros de privados em Setúbal, diga-nos só qual é o top 5 destes investimentos, quantos postos de emprego foram criados, diretos e indiretos?

A segunda questão é, também, relativamente a essa entrevista, tem a ver com um protocolo que foi assinado entre a KPMG e o nosso Instituto Politécnico, o Sr. Presidente disse que queria criar 50 postos de trabalho altamente qualificados. Deve haver aqui alguma dúvida e, por isso, queria que o Sr. Presidente nos esclarecesse, porque, de facto, a KPMG abriu um hub tecnológico na Universidade de Évora com a criação de 100 postos de trabalho e o protocolo que foi assinado com o nosso Politécnico compreende estágios na empresa, pagamento de magistrados a alguns dos alunos e algumas situações de colaboração entre a empresa e alguns estudantes do Politécnico. A criação de um hub com 50 postos de trabalho, no próprio site da KPMG não vi lá nada, portanto, gostava que me esclarecesse.

**João Silva (CDU)** – Decorreu hoje no Fórum Municipal Luísa Todi, um evento que reputo de extraordinária importância para a cidade, para o concelho e para a região, o Congresso da Região de Setúbal comemorando, também, os 40 anos da Associação de Municípios da Região de Setúbal. Gostava de pedir ao Sr. Presidente da Câmara um breve balanço dos trabalhos realizados hoje.

**Manuel Fernandes (PS)** – Senhor Presidente, a minha questão vem na sequência da última assembleia extraordinária, no passado dia 19 de junho. Já aqui foi mencionado, também, por outra bancada, houve um compromisso que foi assumido publicamente e o Sr. Presidente delegou na Vice-Presidente uma reunião que iria agendar no dia seguinte ou no outro com os representantes dos bombeiros para, uma vez mais, tentar resolver o problema que os mantém em greve. A nossa questão era se essa reunião já teve lugar e se teve lugar qual foi o desfecho e se os bombeiros já levantaram a greve?

Outra questão que o Sr. Presidente nos suscita aqui é que deu a entender que já tinha conhecimento de algumas decisões judiciais que tinham sido interpostas pelos representantes dos bombeiros, gostaria que pudesse partilhar connosco, se sim, e se já tomou alguma iniciativa nesse sentido.

**Rui Lamim (PSD)** – Vou falar sobre a mobilidade e o acesso às praias. O slogan, como todos sabemos é *“One of the most beautiful bays in the world”*, mas que não seja só para inglês ver.

A concessão da travessia fluvial do Sado passou, em 2008, da Transado para a Atlantic Ferries, o acesso a Troia ficou dispendioso ou então somos nós que ganhamos pouco quando comparados com os estrangeiros. Troia, apesar de pertencer a um outro concelho, faz parte daquilo que é a identidade de Setúbal e também da sua Área Metropolitana consequentemente, pelo que, como temos afirmado, o transporte fluvial do Sado deve ser integrado, também, no sistema de transportes metropolitanos.

Este acesso mitigado às praias de Troia podia ser compensado, evidentemente numa quantidade menor, pelo acesso às praias da Arrábida, mas não há melhoria naquilo que é o acesso às praias da Arrábida, tirando, é claro, o serviço da Carris Metropolitana que, neste momento como já estamos no verão, tem seis carreiras apenas para a Figueirinha. Mais virão, com certeza.

Mas a nova irritação é uma pedra que poderá, dizem, cair na antiga Estrada Nacional 379-1, também conhecida como Rua Círio da Arrábida, este troço entre o túnel da Figueirinha e Galapos está encerrado desde fevereiro, para quando a reabertura? Depois do encerramento num outro troço para manutenção do

sistema de contenção instalado na encosta, o que originou o nosso protesto pelo encerramento da via na Assembleia de 24 de fevereiro. Protestamos aqui de novo, pensamos que isto é o reflexo de uma gestão de riscos, cara e incoerente. Precisamos de uma gestão municipal que defenda o acesso franco a Troia e às praias da Arrábida, que promova a manutenção e mesmo a criação de areais, que promova serviços de instalação em harmonia para com as condições naturais aí existentes.

**Manuel Esteves (PS)** – Senhor Presidente, a minha preocupação vem a pedido de alguns munícipes de Vendas de Azeitão, na nossa aldeia antiga, em que as baratas e as ratas têm sido demais a entrarem nas suas casas. Até sito aqui alguns nomes das ruas daqueles que me deixaram este recado para aqui transmitir e dar conhecimento ao Sr. Presidente para dizer à nossa Presidente da Junta para fazer o favorzinho de passar por lá e perguntar às pessoas se na realidade é ou não é isto que se fala aqui e que não se fala na Junta de Freguesia. É na Rua Raul Rego, Rua Fernando Assis Pacheco, Rua Carlos Pinhão e na restante aldeia antiga de Vendas de Azeitão.

Já agora, ver se o Sr. Presidente fazia o favor de perguntar à nossa Presidente da Junta quando é que vai mandar alcatroar os espaços que foram abertos pelos Serviços Municipalizados de Setúbal nas intervenções que fizeram há bastante tempo.

**Eunice Pratas (PS)** – A minha questão vai para o Executivo sobre o que aconteceu no dia 24 nas Marchas, quando se realizou no pavilhão, em que foi comunicado à bancada do Partido Socialista algum desagrado, porque a distribuição dos bilhetes não foi equitativa.

Sabemos de pessoas que estiveram na fila desde manhã e passado 5 ou 6 minutos, também os relatos poderão ser um pouco incoerentes em termos de minutos, não havia bilhetes, o que nos apraz aqui um esclarecimento que penso que o Executivo tem que dar. Como é que é feita a distribuição dos bilhetes e será que o espaço é adequado à dignidade e ao respeito que as nossas associações e coletividades merecem no concelho de Setúbal para continuar com as tradições, como as marchas, mantidas ainda nos dias de hoje?

**Francisco Cabral (PSD)** – Várias perguntas ao executivo, a primeira, em relação à Rua de São Gonçalo, em Azeitão, no seu discurso de tomada de posse o Sr. Presidente reivindicou, enquanto prioridade política diga-se, a requalificação da Rua de São Gonçalo, uma das maiores artérias de Brejos de Azeitão, a qual necessita de intervenção de fundo urgente. Em que medida é que vai ser essa intervenção e essa requalificação? Quando é que irá acontecer essa intervenção e se será alguns troços, a rua toda e se também inclui saneamento?

Em relação ao requerimento do Plano de Mobilidade Sustentável dos Transportes de Setúbal, que foi apresentado aqui na Assembleia Municipal, e sobre a ausência de resposta por parte deste requerimento, peço os relatos e os relatórios de execução do Plano de Mobilidade.

A terceira questão, relacionada com a recomendação também aqui apresentada por mim nesta Assembleia Municipal, em relação à requalificação das vias de passagem de ciclovia no seu cruzamento com as vias rodoviárias, que acabou por ser aprovada por unanimidade a 24 de fevereiro, se o executivo vai tomar em consideração essa recomendação ou se não vai dar marcha prejudicando aquilo que é a segurança rodoviária dos vários utilizadores de ciclovias em Setúbal?

Somente acrescentar mais uma pergunta ao vereador Pedro Pina relativa ao Conselho Municipal da Juventude, o porquê de ter sido cancelada a última reunião do Conselho Municipal da Juventude e ainda não ter sido remarcada nova reunião, sendo que existe a urgência de ainda não ter sido eleito um membro do Conselho Municipal da Juventude para o Conselho Municipal de Educação, estando assim em incumprimento com a lei e novamente uma má prática que este executivo tem tido em relação ao Conselho Municipal da Juventude.

Ainda questionar, o porquê de o Conselho Municipal da Juventude não ter sido notificado em relação à realização do encontro Nacional de Conselhos Municipais da Juventude no Porto, representando assim, para mim, um enorme desrespeito institucional perante aquilo que são as Associações Juvenis e o Movimento Associativo Juvenil que compõem esse mesmo Conselho.

Segundo sei, e esta é a última questão dirigida ao vereador, houve também disponibilidade e abertura por parte da organização em receber várias associações juvenis a convite dos municípios e pergunto se isso, de facto, se verificou face ao Município de Setúbal?

**Óscar Santos (PS)** – Entre 1 e 6 de agosto, Portugal vai receber as Jornadas Mundiais da Juventude e não obstante o evento estar parcialmente centrado em Lisboa, estima a organização que cerca de 100 mil jovens escolherão o distrito de Setúbal para ficar enquanto durar o evento. No concelho de Setúbal estima-se que serão cerca de 20 mil, neste sentido, gostaríamos de saber que medidas é que o executivo tem planeadas para acolher este evento?

**João Fidalgo (PS)** – Temos assistido nos anos transatos, por parte do Governo, uma tentativa de mitigar um flagelo que assola o nosso país todos os anos, seja por incúria, seja por mão criminosa, os incêndios florestais. As medidas tomadas são diversas, seja no esforço de contratação de mais meios aéreos para combate a incêndios, seja através do reforço de meios humanos afetos à vigilância e combate, entre outros. Salientar ainda a iniciativa do balcão único do prédio, projeto pioneiro que já permite, à presente data, um maior conhecimento do nosso território, dos seus proprietários e subseqüentemente uma maior implementação de medidas preventivas. Entretanto, no nosso concelho assistimos a um caminho inverso. Além do notório descontentamento que singra na Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, devido a vários fatores já por diversas vezes relatados, tanto nesta Assembleia Municipal como nas reuniões do órgão executivo, deparamo-nos desde o verão de 2021 com uma outra situação preocupante, a não vigência, desde 29 de agosto de 2021, do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Se a situação, por si, já se revela preocupante por afetar diretamente a população do concelho de Setúbal, face à desatualização da operacionalização, a nível local e municipal, do combate a incêndios florestais, a mesma torna-se ainda mais grave quando verificamos que nenhum dos três concelhos, onde se insere o Parque Natural da Arrábida, possui à data um Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios em vigor.

Situação idêntica se passa na Reserva Natural do Estuário do Sado, onde apenas um dos concelhos, Alcácer do Sal, tem o referido plano em vigor.

Face ao relatado, a bancada do Partido Socialista, na Assembleia Municipal, questiona o executivo sobre que medidas é que estão a ser tomadas para colmatar a situação relatada e quando é que o Município de Setúbal conta ter um Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios? Neste caso, será já terceira geração.

#### **b) Intervenção do Executivo**

**Presidente da Câmara** – Vou procurar dar resposta a esta quantidade de questões que foram levantadas. Vou pedir depois à senhora vereadora e ao senhor vereador, também, uma ajuda em relação a algumas questões.

Relativamente à questão que levantou a senhora deputada municipal do PAN, não tenho qualquer informação sobre a questão que colocou e como a Sra. Vice-Presidente não está hoje aqui, fica registada e terá uma resposta até porque implica algum conhecimento em pormenor sobre essa matéria.

Em relação ao senhor deputado da Iniciativa Liberal, não tenho conhecimento sobre essa situação que levantou no Vale da Rasca, fica, também, registado e depois haverá uma informação por escrito, porque é a única hipótese, uma vez que a Assembleia Municipal ordinária só terá lugar no final de setembro, e vou pedir aos serviços para fazerem chegar essa informação ao senhor deputado.

Quanto à questão da DATAREDE, pedia à senhora vereadora para dar a informação, assim como à questão que o senhor deputado municipal do Bloco de Esquerda colocou.

Em relação às questões que o senhor deputado do CHEGA colocou, para quando um Plano Estratégico de Desenvolvimento ao acesso às praias, senhor deputado, percebo a sua questão, mas esta questão do Plano Estratégico não se adequa bem aqui a esta situação. Como já tive oportunidade de dizer, pedi uma reunião ao Sr. Ministro do Ambiente onde coloquei um conjunto de questões relativamente a esta relação do rio ou do mar com o Parque Natural da Arrábida para o acesso às praias.

Ficou decidido constituir-se um grupo de trabalho, que a senhora vereadora está a acompanhar e com alguém que o Sr. Ministro nomeou, vamos ver o que é que desse grupo de trabalho resulta relativamente a um conjunto de questões que foram colocadas e que têm exatamente a ver com as medidas que a Câmara Municipal tem tomado sobre as condições do acesso às praias e a sensibilidade ambiental de toda aquela região, de toda aquela zona e também as questões da segurança das pessoas que vão para a praia nas condições que nós conhecemos. Estas medidas que a Câmara Municipal tem vindo a tomar e que têm custos significativos, são apenas medidas, daria, transitórias. Terá de haver decisões definitivas para que estes problemas que estão identificados não existam e que as pessoas possam ter um acesso em segurança às praias e que não se ponha em risco a sensibilidade de toda aquela zona.

Espero que o grupo de trabalho que foi constituído, entre um adjunto do Sr. Ministro e também o gabinete da senhora vereadora, possam nos dar novidades lá mais para a frente.

Quanto à questão da reunião com a Atlantic Ferries, senhor deputado, não tenho qualquer problema em reunir com quem quer que seja para tratar de assuntos que são do interesse do município.

Creio que, também, já disse isto, tenho desenvolvido um conjunto de contactos, de iniciativas no sentido de procurar encontrar uma solução que possa servir os interesses da população de Setúbal para que aquela situação das praias da Arrábida não tenham a pressão que hoje têm e essa solução, no meu entendimento e não só, é a criação de condições para que os setubalenses tenham acesso às praias de Troia com uma travessia que esteja de acordo com as possibilidades de quem procure esse local e, naturalmente que isso seria a situação ideal.

Entre essas iniciativas não tive nenhuma reunião com a Atlantic Ferries, porque, quando eu falei com o Sr. Presidente da APSS ele disse que essa relação com a Atlantic Ferries era feita através da Administração Portuária, porque a Atlantic Ferries tem uma concessão com a Administração Portuária. Eu entendo e percebo esta situação e o Sr. Presidente da APSS foi uma das pessoas, uma das entidades que eu contactei e com a qual mantenho uma relação.

Já ficou claro que a APSS, por si só, não está em condições de resolver este problema, mas é por isso também que mantenho outros contactos com outras pessoas, com outros agentes, com outras entidades no sentido de podermos encontrar aqui um caminho. Sei que não é fácil.

Também alguém referiu, não sei se foi o senhor deputado, que a melhor solução, como é óbvio, era que o passe navegante pudesse abranger a ligação a Troia ou ao Litoral Alentejano, melhor dizendo. Entendo que a ligação ao Litoral Alentejano deva ser feita através de Setúbal, neste caso, atravessando o Sado numa ligação da Área Metropolitana de Lisboa com o Litoral Alentejano, porque é do interesse das populações da Área Metropolitana de Lisboa, que o passe navegante possa chegar aí.

Não é muito compreendido por todos os municípios esta situação, mas continuo a fazer aquilo que me compete fazer, que é continuar a falar sobre o assunto, sensibilizando e tomando algumas iniciativas junto do Litoral Alentejano para que todos possamos convergir no mesmo sentido, ou seja, criar melhores condições para que os setubalenses ou outras pessoas que vêm da Área Metropolitana de Lisboa possam fazer a travessia do Sado e não nas condições financeiras que hoje são obrigados a ter. É esta a questão.

**Luís Maurício (CH)** – Senhor Presidente, só para lhe informar que a Atlantic Ferries está disponível para falar e para negociar com a Câmara, não está disponível para o passe navegante, isso não está mesmo disponível. Sou funcionário da Atlantic Ferries e ela está disponível para conversar e sempre tiveram, sempre disseram que a porta deles está aberta para a Câmara, quando a Câmara quiser poderá ir lá conversar com eles.

**Presidente da Câmara** – Já lhe expliquei quais são as minhas iniciativas e como é natural, compreendo a posição da APSS. Atenção, o Sr. Presidente da APSS não disse que eu não podia falar com eles, não é isso, mas nas relações institucionais que temos, temos de nos respeitar uns aos outros. Como disse, é preciso fazer um caminho mais largo, porque a APSS tem um contrato de uma concessão que é preciso também ir trabalhando.

Isto para dizer que as questões do acesso às praias, a questão da travessia do Sado é uma iniciativa que mantenho e continuarei a falar com quem seja necessário no sentido de encontrar um caminho, não é um caminho que dependa da Câmara de Setúbal, mas é um caminho que a Câmara de Setúbal está fazendo e



que poderá sensibilizar outros para se encontrar um caminho mais adequado para a resolução deste problema.

Também a senhora deputada municipal do CHEGA fez perguntas sobre a questão da situação dos Bombeiros Sapadores, o problema do verão e dos fogos. Senhora deputada, os Bombeiros Sapadores estão em greve, mas continuam a estar disponíveis, cumprindo os serviços mínimos sempre para as ocorrências. Se houver qualquer situação, os Bombeiros Sapadores estarão disponíveis para prestar o socorro.

Relativamente à questão do recorrer da sentença, os advogados da Câmara Municipal recomendaram ao executivo e ao Presidente da Câmara, uma vez que a decisão do Tribunal Arbitral era penalizadora para os interesses da Câmara Municipal, que a Câmara Municipal deveria recorrer desta decisão.

Tive a oportunidade de no dia 28 ter uma reunião com os Bombeiros Sapadores no quartel, como faço regularmente, e transmiti-lhes exatamente qual é a minha posição relativamente a esta situação. Assumi um compromisso com os bombeiros dizendo o que me tinha sido transmitido, porque é um problema que vem do mandato passado e do executivo anterior que se tinha comprometido com os bombeiros e que se eles encontrassem um caminho que pudesse a Câmara Municipal aceitar, uma iniciativa que viesse de uma entidade reconhecida e que pudesse ultrapassar o problema dos pareceres jurídicos que tínhamos na Câmara Municipal, e não só, e que eram contrários à proposta dos bombeiros.

O que me foi transmitido foi que a Câmara Municipal, o executivo municipal anterior, tinha assumido essa posição de poder ir de encontro àquilo que é o pedido dos bombeiros. Assumi esse compromisso e mantive, até porque os Bombeiros Sapadores propuseram-nos a possibilidade de recorrermos ao Tribunal Arbitral.

Avaliámos a situação, eu trato diretamente com os trabalhadores e a Sra. Vice-Presidente acompanha a relação com os sindicatos, uma vez que tem os recursos humanos e a capacidade técnica instalada para avaliar estas questões e esta problemática técnica que tem a ver com os sindicatos, colocou a questão de, eventualmente, o tribunal vir a tomar alguma decisão em que a câmara pudesse recorrer.

A primeira questão que a Sra. Vice-Presidente levantou era de que iríamos para o Tribunal Arbitral se houvesse a possibilidade de recorrer, porque havia essa dúvida e chegou-se à conclusão que era possível recorrer e fomos recorrer, ou seja, cumprindo aquilo que era o compromisso que tínhamos assumido. Os advogados da Câmara Municipal disseram-nos que aquela decisão fere o interesse da Câmara Municipal e foi nessa perspetiva que decidimos que os advogados da Câmara Municipal deveriam recorrer. O texto da decisão é público e os bombeiros têm conhecimento dele.

Na reunião que tive com os bombeiros, transmiti que na próxima semana vou ter uma reunião com os advogados no sentido de avaliarmos melhor a situação, também tivemos oportunidade de falar de algumas questões que são as dúvidas que se levantaram relativamente ao eventual interesse da Câmara Municipal que possa estar em causa. Isso vamos avaliar melhor.

Relativamente ao Plano Municipal de Defesa da Floresta da Câmara Municipal de Setúbal, terminou a sua validade, digamos assim, mas a questão é que há uma legislação que diz que o próximo Plano Municipal de Defesa da Floresta deve obedecer ao Plano Sub-regional e, portanto, temos de aguardar que o Plano Sub-regional seja elaborado. De qualquer forma, decidimos fazer uma atualização do Plano Municipal e é isso que vamos fazer por iniciativa própria, porque no cumprimento da lei, o que significa é que é necessário aguardar a elaboração do Plano Sub-regional. Como também sabem, houve alterações relativamente à organização da Proteção Civil e Bombeiros e, por isso, estamos dependentes desta situação.

Informar que está a decorrer o processo de atualização do Plano Municipal que já não está em vigor, mas que consideramos que é bom fazer a atualização para que em qualquer circunstância estejamos informados sobre alterações que, entretanto, tenham vindo a acontecer no território e que numa intervenção que seja necessária haja essa avaliação ou atualização feita.

Peço desculpa Sr. Presidente, são questões muito importantes, todas são, mas as limitações do tempo são estas e com um conjunto de questões tão grande não era possível dar resposta a tudo, mas julgo que, pelo menos, aquelas que dei deixaram esclarecidos alguns aspetos importantes da nossa vida municipal.

**Presidente da Mesa** – Peço desculpa pelas interrupções, sei que não é fácil gerir, agora há de haver novas questões e perguntarei se daremos direito de réplica ao executivo, porque já vamos com uma vez e meio o tempo que o executivo tinha, mas o interesse prático da Assembleia é que ditará este alargamento.

**Manuel Esteves (PS)** – Dirijo-me ao Sr. Presidente da Câmara para lhe dizer que, mais uma vez, os munícipes de Azeitão ficaram sem resposta. Senhor Presidente, veja lá se consegue controlar um bocadinho o tempo, porque há pessoas que nos estão a ver, e foram algumas dessas pessoas que me pediram para lhe apresentar aqui as questões que as estão a preocupar e, mais uma vez, não tiveram resposta. Aguardemos que oportunamente possa dizer algo sobre as ratas, as baratas e a falta do alcatrão para tapar os buracos que lá estão e que foram feitos pelos Serviços Municipalizados.

**Manuel Fernandes (PS)** – Senhor Presidente, compreendo perfeitamente a sua limitação de tempo e, por isso, tentou clarificar o máximo possível, ainda assim, a situação dos bombeiros é uma situação que carece de uma melhor clarificação. Nesse sentido, tendo em conta que já há várias sessões a esta parte que se arrasta um pedido de esclarecimento cabal sobre aquilo que é o diferendo entre os bombeiros e o Executivo, porque eles até se apresentam aqui várias vezes já junto do executivo a pedir esses esclarecimentos. Sabendo da sua limitação para esclarecer esta bancada e o público que está em casa, uma vez que as sessões são gravadas, aquilo que me apraz dizer é que faremos chegar um requerimento por escrito para que tenha a possibilidade de responder claramente e cabalmente sobre aquilo que é a posição tomada pela Câmara e a posição tomada pelos bombeiros para que exista um documento que esclareça, de uma vez por todas, aquilo que é o diferendo entre as partes.

**1. Recomendação “Refúgios Climáticos de Calor” (PSD)** (conforme documento registado sob o n.º 31, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Francisco Cabral (PSD)** – As alterações climáticas vieram para ficar e a sua gestão de risco tem de assumir proporções para além da sua prevenção, sendo assim também é preciso apostar na sua mitigação. Neste campo, e no que diz respeito a esta recomendação, o aumento da temperatura global é uma realidade que já se faz sentir e que só tem tendência a agravar-se.

O Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa, na qual o Município de Setúbal se insere, visa reduzir a vulnerabilidade climática e promover a adaptação através da identificação de vulnerabilidades, definição de opções e medidas de adaptação e sensibilização dos diversos atores. Entre os anos de 1970-2016 verificou-se um aumento da temperatura média do ar, sendo que o aumento no verão seguiu a tendência de +0,46°C/década e +0,70°C/década. Tal como a temperatura média do ar, também as ondas de calor seguiram a tendência do aumento, passando a registar-se +0,5 a +0,8 ondas de calor/década com um aumento da sua duração de +2,5 a 3,5 dias/década. No futuro, estima-se ainda que entre 2041 a 2070 o número de dias desconforto térmico aumente entre 24 a 33 dias.

Estas alterações já se fazem notar com repercussões graves no presente. Por exemplo, no verão de 2022 durante uma onda de calor entre os dias 7 e 17 de julho, foram registados mais 1.063 óbitos em Portugal do que o esperado. Ainda que muitos não tenham sido diretamente causados pelas condições climáticas, é certa a correlação entre as temperaturas extremas e o excesso de mortalidade. Ainda que os mais vulneráveis sejam, na sua maioria, a população idosa, estão, também, bastante suscetíveis as crianças, as grávidas, os sem-abrigo e quem trabalhe ao ar livre, nomeadamente os trabalhadores agrícolas. Tem, ainda, de se ter em conta que, nos últimos dias de calor excessivo, é necessária maior cautela, em relação a doenças cardiovasculares, hipertensão ou diabetes - condições bastante frequentes entre a população portuguesa.

A juntar a estes factos, Portugal sofre largamente reconhecida pobreza energética no plano habitacional, também reconhecemos que o município está a trabalhar nesse sentido. Apenas 50% dos edifícios de habitação em Portugal têm nota positiva em termos de certificação energética e apenas 22% apresentam uma boa nota nesta classificação. Ora, isto apresenta-se como um grande problema, tanto no que diz respeito aos grandes custos em climatizar as casas no inverno e no verão, para não falar do custo que estas condições causam na saúde dos seus habitantes.

Os refúgios climáticos apresentam-se assim como uma medida de medicação por parte dos municípios ao problema da exposição da população a temperaturas demasiado elevadas, especialmente dos mais vulneráveis. Estes são espaços públicos e abertos a toda a população que devem ter boa acessibilidade, áreas

de descanso confortáveis, água gratuita para consumo e temperatura ambiente fresca e adequada. Os refúgios climáticos podem abranger desde bibliotecas, centros de dia, pavilhões desportivos, museus a parques e áreas verdes. É uma parte que é comum também a nível europeu.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Setúbal delibera, na sequência da presente recomendação do grupo municipal do Partido Social Democrata que:

1. Identifique os espaços públicos que possam funcionar como refúgios climáticos para o calor no Município de Setúbal, garantindo condições térmicas e logísticas adequadas;
2. Divulgue os espaços públicos para o efeito, incentivando a que as pessoas se abriguem nas horas de maior calor sempre que precisem e que as condições meteorológicas o justifiquem (especialmente junto das populações mais vulneráveis);
3. Coloque geolocalização destes mesmo refúgios no seu website;
4. Em coordenação com os técnicos de Serviço Municipal de Proteção Civil e Bombeiros e da Divisão dos Direitos Sociais da autarquia, bem como da Cáritas Diocesana, na qualidade de coordenadora do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo de Setúbal, desenvolva um plano de contingência para as vagas de calor.

**Presidente da Mesa** – Senhores deputados municipais, insisto naquela recomendação de há pouco, os murmúrios perturbam bastante a audição das intervenções, mesmo com a amplificação.

Também temos de evitar a releitura ou a leitura completa dos documentos já distribuídos e que são do conhecimento de todos os deputados, admito que se queira, para quem assiste no exterior, dizer o que é que se trata, então faça-se um resumo, apresentem-se as conclusões na parte conclusiva ou deliberativa, mas por favor não leiam o documento inteiro.

Vamos fazer um apelo ao senso comum, vamos controlarmo-nos no tempo, quem apresenta a proposta que faça uma súmula da mesma e apresente explicitamente melhor a parte deliberativa ou conclusiva.

**Mariana Crespo (PAN)** – O PAN irá naturalmente acompanhar esta recomendação do PSD, mas gostaríamos de aproveitar a oportunidade para reforçar e novamente exortar o executivo municipal a tornar como prioritária a luta contra as alterações climáticas. O ideal seria sempre não precisarmos de refúgios climáticos, pelo que se afigura como fundamental promover medidas cidadinas para a redução da temperatura, o que se faz de maneira eficiente, através do incremento de parques e corredores verdes naturais e até de cobertos vegetais nas próprias fachadas dos edifícios.

Setúbal é apenas um concelho no mundo, mas tem o dever de fazer sempre mais e melhor pelo ambiente e pela natureza.

**Ana Rita Drouillet (CDU)** – A CDU, com toda a naturalidade, irá acompanhar esta recomendação, até porque a Câmara Municipal de Setúbal é a signatária do Pacto de Autarcas de 2015, que visa mitigar os efeitos das alterações climáticas e tem vindo a tomar variadíssimas medidas nesse sentido, nomeadamente no Parque Urbano da Várzea.

Esse trabalho tem sido bastante espelhado no site “Setúbal Ambiente” onde está escrita a participação no BEACON (*Bridging European and Local Climate Action*). A presença da autarquia no PLAAC Arrábida (Planos Locais de Adaptação às Alterações Climáticas na Arrábida) e o envolvimento no projeto metropolitano Clima AML e, mais recentemente, Setúbal pode estar bastante orgulhosa de ser um dos cinco municípios pilotos europeus, aliás, o único em Portugal a estar incluído no projeto Clímax que fornece meios financeiros, mas não só, também meios analíticos e apoio prático para a avaliação dos riscos climáticos. Em suma, não só vamos acompanhar como é uma questão que a Câmara Municipal tem tido bastante presente no decorrer dos últimos tempos.

Encontrava-se ainda, ausente da Sala de Sessões uma deputada municipal do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por unanimidade e em minuta.



## II – MOÇÕES E RESOLUÇÕES

1. **Resolução “Estado da Educação no Município de Setúbal” (IL)** (conforme documento registado sob o n.º 32, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Flávio Lança (IL)** – Senhor Presidente, antes de mais só quero dar aqui uma nota, no ponto deliberativo 6, alínea c), não indicamos a quem é que deve ser enviado o relatório da Comissão de Acompanhamento e Monitorização, que será a Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais. Ele pede o envio, mas não diz a quem e é só para ficar o esclarecimento.

**Presidente da Mesa** – Permita-me que o interpele, a comissão é um organismo da Assembleia, portanto, as comissões fazem o que a Assembleia em plenário determinar que devam fazer. Nestas situações, basta que haja circulação entre órgãos, o Executivo remete à Assembleia, a Assembleia através da Mesa remete às comissões e aos deputados e vice-versa. Não é preciso especificar que é a uma comissão, irá ter à respetiva comissão.

**Flávio Lança (IL)** – Está percebido. Vou então sintetizar para quem nos ouve e não teve acesso à resolução. A educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de um concelho com impactos no desenvolvimento económico, na qualidade de vida, na redução da desigualdade social, no fortalecimento da cidadania e na atração de investimento e de pessoas para o nosso concelho.

A Carta Educativa, responsabilidade do executivo camarário, é um instrumento de planeamento estratégico que orienta o sistema educativo local abrangendo planeamento e organização, otimização de recursos, articulação entre entidades, resposta às necessidades locais, promoção da qualidade e equidade, transparência e participação.

Por estes e por outros factos é pedido à Assembleia Municipal de Setúbal aprovação para que a Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais, até ao final do ano letivo 2023/2024 avalie, reporte e emita as recomendações que considere relevantes sobre o estado da educação em Setúbal, a Assembleia Municipal de Setúbal reunindo com pessoas e entidades para esse fim, relatando os temas que considere importantes. Que seja requerido ao executivo da Câmara Municipal de Setúbal o envio da última versão da Carta Educativa à Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais e que seja requerido ao executivo da Câmara Municipal de Setúbal o envio do último relatório da Comissão de Acompanhamento e Monitorização, também, à referida comissão.

**Presidente da Mesa** – Ilustrando aquilo que eu estava a dizer, esse relatório já chegou aos serviços da Assembleia e já está neste momento distribuído. Desde que ele chegue é logo distribuído.

**Paula Soeiro (PSD)** – Relativamente à resolução da Iniciativa Liberal que propõe um conjunto de resoluções que, também, refletem questões e preocupações que já tinham sido anteriormente enunciadas pela nossa bancada, naturalmente que iremos acompanhar. Contudo, temos algumas reservas quanto à complexidade e dimensão de algumas matérias e também à sobreposição com funções que já respeitam a outros órgãos e mecanismos de acompanhamento e que poderá vir a tornar difícil a concretização integral da resolução.

Não vou citar novamente o que já foi citado pelo senhor deputado, estão sete temas enunciados, cada um deles tem complexidades e especificidades que, só por si, poderiam ser merecedoras de um relatório circunstanciado, mas iremos acompanhar.

**Joana Tomé (CDU)** – A bancada da CDU acompanha o sentido geral da resolução, considerando, no entanto, que ela constitui uma proposta que deveria integrar a ordem de trabalhos e não propriamente uma tomada de posição na Assembleia a discutir no período antes da ordem do dia. O que, não obstante, poderia ser previamente trabalhada na Comissão de Educação, pelo que propomos que desça à comissão para que os seus parâmetros possam ser devidamente trabalhados e aprofundados.

Deixamos a nota de que o Observatório Municipal de Educação já acompanha estas questões enunciadas, mas não temos qualquer objeção, ao facto, de a Comissão de Educação da Assembleia poder e dever ter a

consciência dos impactos do processo de transferência de competências nos recursos humanos do município e a dificuldade existente em dar resposta a novas solicitações.

No caso do proponente não considerar a descida da resolução à Comissão de Educação, propomos que se retire a alínea c) do ponto 6 das deliberações, já que o Relatório de Acompanhamento e Monitorização do Processo de Transferência de Competências na Área da Educação relativamente ao ano 2022, se encontra já distribuído nesta assembleia, por proposta da CDU, no contexto da última reunião da Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais na passada terça-feira.

**Presidente da Mesa** – Não havendo mais intervenções, deixo, também, aqui uma nota. Há aqui pedidos de procedimentos que são bastante genéricos e que implicam a recolha de elementos, de informação e alguma análise para até se estabelecer a forma de acompanhamento do processo da educação. Se o ensino é de qualidade, isso implica a recolha de elementos, se as condições das instalações, as taxas de conclusão, etc., isso é tudo verificado.

Agora aquela proposta, se calhar, fazia algum sentido burilar esta questão mais na comissão e definir um plano de trabalho para estabelecer melhor o acompanhamento, em termos práticos, da gestão da educação no município. Se o autor considerar assim, podemos remeter à comissão para trabalhar melhor este tema, se quiser que se faça aqui já uma votação, far-se-á.

**Flávio Lança (IL)** – Não temos qualquer problema em remeter à comissão, achamos é que a comissão, como todas as outras, tem vindo a trabalhar e avalia efetivamente aquilo que se pode fazer, onde traz mais dificuldades e reportar à assembleia. Também não via nenhum problema em votarmos e a comissão começar a trabalhar neste assunto que, de alguma maneira é relevante.

Sabemos que há aqui dificuldades de informação, que há dificuldades de trabalho, mas acho que a comissão terá todo o mérito em poder, desde já, a trabalhar. Se entenderem, não me choca baixar à comissão, mas preferia que fosse a votação e que a comissão começasse a trabalhar.

**Presidente da Mesa** – Na verdade, o que aqui se propõe é que baixe à comissão, quando diz para a Assembleia Municipal deliberar que a Comissão de Educação, até ao final do ano letivo 2023/2024, avalie, reporte e emite recomendações. O que está aqui a propor é que baixe à comissão efetivamente. Em relação ao ponto 6, alínea c), uma vez que isto foi formulado e apresentado antes da entrega e da distribuição do documento, acho que é inócuo e estar cá ou não estar é indiferente.

**Flávio Lança (IL)** – Podemos tirar, já temos o relatório, portanto, não tem qualquer problema.

**Presidente da Mesa** – De facto, esta recomendação constitui materialmente isso mesmo, é uma proposta de remessa à comissão para trabalhar estes assuntos. E claro que “até ao final do ano letivo 2023/2024 avalie e reporte e emite recomendações que considere relevantes à Assembleia Municipal”, portanto, é esse o pedido de decisão essencial que está aqui a ser proposto à assembleia. Vamos votar para baixar à comissão, tal como a resolução recomenda que se baixe à comissão.

Não havendo mais intervenções, foi a resolução aprovada por unanimidade e em minuta para baixar à comissão.

## 2. **Moção “Há 65 anos Humberto Delgado fez tremer a ditadura salazarista” (BE)** (conforme documento registado sob o n.º 33, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Vítor Rosa (BE)** – Só fazer uma nota introdutória relativamente ainda ao que discutimos há pouco, dizer que, uma vez que não houve oportunidade de a senhora vereadora Rita Carvalho responder às questões levantadas, nomeadamente, às questões de transportes e à possibilidade de a Comissão de Urbanismo acompanhar a questão de Azeitão, que irei fazer um requerimento sobre estas matérias.

Quanto à moção sobre a Humberto Delgado, deixava só o último parágrafo, que esta assembleia delibere lembrar o grande apoio do povo de Setúbal à candidatura presidencial de Humberto Delgado, em junho de 1958, e incitar a que mantenha os seus ideais de democracia e liberdade.

**Luís Maurício (CH)** – Queremos perguntar a quem se referem quando dizem *“a extrema-direita quer restaurar as ideias do fascismo, é urgente lembrar que os regimes fascistas têm como marca o arbítrio, a repressão, a ilegalidade, a exploração, o desprezo pelos direitos fundamentais das pessoas, o impedimento da livre expressão da vontade popular”*, porque pela Constituição Portuguesa esse tipo de ideologias referidas é proibida, portanto, gostávamos de saber a quem se refere neste ponto.

**Mário Aranha (PS)** – Vamos votar a favor, porque o general sem medo é um dos maiores heróis portugueses, para além de tudo o que ele conseguiu, acho que grande parte da admiração que temos por ele foi justamente que ele, durante a sua juventude e grande parte da vida adulta, foi um apoiante do regime, inclusivamente, foi um dos fundadores da TAP. Foi um homem do regime, não politizado ou a pouca política que tinha até era favorável ao regime salazarista e foi evoluindo, evoluindo e devido a viagens e estudos que ele fez na Europa e nos Estados Unidos começou a ver que, de facto, as coisas em Portugal estavam mal.

À medida que foi adquirindo experiência política, de facto, tem uma frase célebre que é *“Obviamente demito-o!”* e também fica marcado pela maior manifestação popular de sempre que houve no Porto em campanha eleitoral, aí a população mostrou o que é que pensava do regime salazarista. Só não houve a maior manifestação popular de sempre em Lisboa, porque a PIDE e os agentes da repressão já estavam informados e boicotaram, prenderam, bateram, sabotaram essa manifestação quando o Humberto Delgado vinha descer a Lisboa.

Um grande bem-haja ao Bloco de Esquerda e obviamente que só poderemos votar a favor e elogiar este grande herói nacional.

**Flávio Lança (IL)** – Iremos acompanhar esta moção, porque reconhecemos no espírito de Humberto Delgado não apenas uma condenação à extrema-direita, mas a todas as ideologias que procuram perverter a liberdade e a democracia.

**Eduardo Pinto (PSD)** – O que quero dizer em relação a isto, é que o fascismo foi uma realidade em Portugal, Humberto Delgado não está definido como de extrema esquerda, nem de direita, Humberto Delgado era contra o regime como muitos eram e ainda hoje e temos que pensar que ainda existem regimes idênticos aos fascistas, mas com um índole de esquerda ainda em vigor. Por isso Humberto Delgado foi brutalmente assassinado e injustamente, foi um lutador, valorizamos muito Humberto Delgado, mas não o vamos conotar como sendo de esquerda, Humberto Delgado era Humberto Delgado, um dissidente do fascismo.

Sabemos que a seguir ao 25 de Abril ou um pouco antes deu origem ao aparecimento da democracia, deu origem a vários partidos de esquerda, de direita, socialistas, enfim, tudo isso. Agora não podemos conotar o Humberto Delgado com a esquerda, a esquerda ainda existe no mundo, mas está presa à esquerda ainda.

**Luís Maurício (CH)** – Já que não obtive resposta sobre a pergunta anterior, o CHEGA vai-se abster, porque condena todos os regimes totalitários como o fascismo e outros, alguns aqui representados nesta sala. Consideramos que o documento apresentado está carregado de ideologia e sustentabilidade histórica, ressaltando que condenamos todos os regimes de expressão na moção. Podemos transmitir ao senhor eleito, assim como a todos os eleitos, que devem ler as notícias, porque já existem autarcas condenados por essas afirmações.

**Vanessa Silva (CDU)** – A CDU vai votar, naturalmente, a favor desta moção por aquilo que ela tem escrito, pela valorização que faz de uma figura histórica e ímpar no nosso país e, pelo facto, de também aqui se trazer aquilo que foi a luta contra o fascismo através da evocação a esta figura.

Queremos saudar o Bloco de Esquerda por o ter feito e votaremos a favor esta moção.

**Vítor Rosa (BE)** – Só para dois esclarecimentos, não foi uma questão de não querer responder ao senhor deputado do CHEGA, foi dar oportunidade para que todos interviessem. Começava a dar uma primeira resposta ao senhor deputado do PSD, não vejo aqui, em qualquer momento, uma referência de que Humberto Delgado fosse de esquerda. Em toda a moção não há uma única referência, penso que deve ter feito alguma confusão na leitura ou outra interpretação.

Relativamente às questões levantadas pelo senhor deputado Luís Maurício do CHEGA, dizer que a carapuça serve a quem quer. A parte deliberativa, acho que era o mais importante, era lembrar o grande apoio do povo de Setúbal à candidatura presidencial de Humberto Delgado, em junho de 1958, e incitar a que a mesma cidade, o mesmo povo de Setúbal mantenham os seus ideais de democracia e liberdade, é essa a questão que está em discussão.

**Presidente da Mesa** – Senhor deputado Eduardo Pinto, não vamos fazer aqui uma conversa de praça pública. São opiniões e isto é uma moção típica, é uma declaração política de um autor, de um membro da assembleia ou de um grupo municipal, os outros ou aderem ou estão contra, defendem as suas ideias ou em apoio ou em oposição, mas não nos convencemos uns aos outros em coisa nenhuma e não vale a pena falarmos sobre os outros em cima da conversa ou em cima do discurso dos outros. Um de cada vez.

**Luís Maurício (CH)** – Acabou a brincadeira, peço ao Sr. Presidente da Assembleia que ao partido CHEGA seja feita a extração da certidão das Atas e das declarações expressas pelo senhor deputado representado pelo Bloco de Esquerda para fins judiciais.

O partido CHEGA é um partido que é completamente, até fico.... Já chega de brincadeiras de nos considerarem o que não somos, já chega de brincadeiras de nos considerarem que somos extremistas, já chega de brincadeiras de falarem o que não sabem e o que não devem. O partido CHEGA já tem 500 mil pessoas que votaram no partido, o partido CHEGA foi eleito democraticamente, o partido CHEGA foi constituído democraticamente pelo Tribunal Constitucional, se tiverem alguma coisa falem com o tribunal e neste momento já chega. A partir de agora, todas as pessoas que referirem o partido CHEGA como extremista, sejam lá elas quais forem, vão ter de responder na justiça. Já vários autarcas foram condenados e vamos aqui condenar mais um.

**Presidente da Mesa** – Senhor deputado, peço desculpa, mas não leio nesta moção a palavra CHEGA, não ouvi pronunciar, não ouvi pronunciar pelo autor da moção, nem comentar que isso se dirigia ao CHEGA. Agora, os senhores deputados terão a Ata, uma certidão da Ata e fazem com ela o que entenderem. Aqui fala em extrema-direita, fala, fala em fascismo, fala, mas não fala em partidos.

**Rui Lamim (PSD)** – Minhas senhoras e meus senhores, esta moção titula “Há 105 anos Humberto Delgado fez tremer a ditadura salazarista”. O general sem medo, nesta moção, é relevado a grande importância que teve na história recente de Portugal, pelo que nós, naturalmente, iremos votar a favor, mas não aceitamos que isto sirva de ponto para discussões menores que não são para aqui tidas.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 34 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 3 abstenções, 1 do PPD/PSD e 2 do CH.

**3. Moção “Defender o SNS, repudiar o encerramento da maternidade do Hospital de São Bernardo” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 34, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Joana Tomé (CDU)** – A bancada da CDU, expressa com esta moção a sua profunda preocupação em relação ao presente encerramento das Urgências de Obstetrícia, Ginecologia e Blocos de Parto, em semanas alternadas até ao final de setembro, significando isto que o Hospital de São Bernardo fica sem atendimento de urgência nestas áreas, das oito da manhã de quinta-feira, às oito da manhã de segunda-feira, semana sim, semana não.

Vemos com isto, agravar um cenário de consecutivos encerramentos, que há um tempo reflete e contribui para a desvalorização do SNS, que se bate com um profundo subfinanciamento e a ausência de contratação e fixação dos profissionais de saúde no SNS e na região. Isto coloca vários problemas que não vou elaborar porque estão na moção, mas queria só destacar, esta obrigação de deslocação das grávidas, para Hospitais a distâncias muito consideráveis, com possíveis implicações na segurança das utentes e na qualidade do parto e o empurrar destas utentes e da população em geral para os serviços privados, que recebem, aliás, financiamento público no âmbito deste plano, elitizando profundamente o acesso aos cuidados de saúde em função das condições socioeconómicas dos utentes.

Neste sentido, a bancada da CDU, propõe que a Assembleia Municipal delibere, repudiar o encerramento rotativo dos serviços de urgências de que falamos, no Hospital de São Bernardo e reclamar do Governo o seu não encerramento, assim como, exortar que este proceda à abertura de concursos para novas contratações dos profissionais de saúde de que carece este Hospital e adotar medidas que visem a dignificação e a valorização salarial dos seus profissionais, das suas carreiras, das suas condições de trabalho, fixando-os efetivamente na região e exortar por último o Governo a dotar estes serviços de meios materiais, técnicos e humanos que garantam efetivamente o funcionamento e a qualidade da prestação de serviços.

**Marco Costa (PS)** – O PS, naturalmente, votará contra esta moção apresentada pela CDU. Todos nós nos recordamos, porque não foi assim há tanto tempo, da demissão da anterior Ministra da Saúde, Marta Temido, que num período de maior exigência como nunca tivemos para o nosso Serviço Nacional de Saúde, em que atravessamos uma pandemia, acabou por demitir-se na sequência de um Verão marcado por uma crise nas Urgências Hospitalares, nomeadamente e sobretudo na especialidade que aqui falamos de Ginecologia e Obstetrícia. E eu faço da minha intervenção e da própria declaração de voto, contra esta moção apresentada pela CDU, também as palavras da Ministra na altura que são *“não sei que parte é que ainda não perceberam que a responsabilidade é sempre totalmente minha e é a parte, obviamente pelo qual peço desculpa”*, estas declarações foram feitas no âmbito de uma Comissão Parlamentar de Saúde. E é isto mesmo, é que quem assume a responsabilidade tem que decidir, quem assume a responsabilidade tem que aprender com os próprios erros, tem que prestar contas, tem que corrigir o que há para corrigir, tem que mudar ou melhorar o sistema para melhor e não pode correr o risco de repetir os mesmos erros ou de repetir negligências, que seriam consideradas gravíssimas. Estas medidas como é lógico são impopulares ninguém as quer tomar, mas quem tem de decidir, tem de tomá-las.

Esta moção que vocês apresentam, pelo contrário, é popular, toda a gente sabe dizer mal, toda a gente sabe criticar, mas quando está em causa a defesa da saúde, a defesa da segurança dos utentes, das mulheres grávidas. Das grávidas em situação de emergência, de todas as crianças que nascem, como é lógico sabemos que mesmo sendo medidas impopulares, elas fazem parte de um processo de otimização dos recursos existentes. Um processo que tem em conta as carências que todos nós sabemos, de profissionais de saúde para as áreas especialidade em questão e que tem em vista também a garantir a segurança dos utentes, por um lado, mas também dos próprios profissionais, que não podem atuar sem a segurança que têm, quer os meios, quer a equipa necessária, para atender as pessoas, principalmente nesta área que devia ser para todos nós uma área nobre, que é o nascer de uma nova vida, que é o assegurar a segurança de uma mulher grávida e, principalmente aquela mulher grávida que se dirige a um Hospital em situação de emergência e que pode não ter os profissionais adequados naquela altura, portanto, quem decide fechar um Hospital ou um serviço de Maternidade, não o decide nunca de má fé ou de uma forma superficial, são decisões muito ponderadas e são decisões que custam a tomar, são decisões impopulares e que muitas vezes as populações não compreendem, mas, muito menos compreenderiam se acontecesse outro acidente e mais outro e mais outro.

Custa-nos também a acreditar que, quem apresenta uma moção destas não tenha a consideração por tudo aquilo que está a ser feito pelo Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente pelo Serviço Nacional de Saúde no Hospital de São Bernardo, do Centro Hospitalar de Setúbal, esquecem-se de falar no lançamento da medida *“Nascer + Cidadã e + Cidadão”*, em que a Maternidade do Hospital de São Bernardo, que por si só, é a maior unidade do Hospital, é a primeira do País com a implementação de um projeto-piloto a simplificar o registo de nascimento dos bebés, portanto defendem nesta moção escondido entre vírgulas o eventual encerramento definitivo dos Serviços, quando a aposta do Governo é totalmente contrária, é incluir o Centro

Hospitalar de Setúbal, num projeto piloto para mostrar ao resto do País e dar o exemplo de que está a investir nesta área, e na qualificação dos recursos e, nomeadamente nesta medida de simplificação administrativa, também se esquecem dos oito diplomas que regulamentam as ordens profissionais e o que isso é impopular, mas o que isso vai ajudar na implementação de um estímulo a novas vagas no ensino da especialização destas especialidades médicas, na simplificação dos estágios profissionais para os médicos que já têm formação base concluída e que possam integrar este Serviço com plenos direitos assumidos. Criticam, mas esquecem-se de abertura que foi feita, basta consultar aqui na Base de Dados do SNS no Centro Hospitalar de Setúbal, abertura de procedimento concursal para Enfermeiro Especialista em Saúde Materna e Obstétrica, abertura de procedimento concursal para Graduado Sênior de Ginecologia Obstetrícia, como é lógico. Como o senhor Presidente da Câmara já aqui referiu muitas vezes, o Governo abre os concursos, mas muitas vezes não existem sequer os profissionais que se candidatem a esses concursos e mesmo que se candidatem muitas vezes, também tem o direito de optar por outros Centros Hospitalares, agora não podem dizer que nada é feito e que nada está a ser feito. Outra medida que posso dizer, que também é impopular, é a medida de que um enfermeiro de especialidade pode assumir os partos de baixo risco sem que seja necessário estar um médico obstetra. Por tudo isto, é fácil criticar, é difícil fazer, vamos todos pensar que os tempos não são os mesmos e que o Serviço Nacional de Saúde precisa realmente de investimento e de ser remodelado, mas não precisa que o deitem abaixo.

**Luís Maurício (CH)** – O Partido CHEGA, também se preocupa muito com o problema do Serviço Nacional de Saúde e em especial com o Hospital de São Bernardo, mas faz uma questão será que esta mesma CDU, é a outra CDU que em 2018 aprovou o Orçamento mais baixo do Serviço Nacional de Saúde dos últimos 15 anos. É verdade! A CDU em 2018, mais o Bloco de Esquerda e o PS na tal “geringonça”, em que eles foram corridos e mandados fora do Governo, aprovaram o Orçamento mais baixo do Serviço Nacional de Saúde em 2018 e agora vem falar de uma melhor saúde, tenham vergonha disso.

**Flávio Lança (IL)** – Senhor Presidente, queria apenas deixar a proposta de votarmos esta moção ponto a ponto.

**Joana Tomé (CDU)** – A bancada não se opõe ao voto por pontos. Gostava de deixar uma nota, todas as questões que o deputado do PS, colocou estão respondidas nesta moção, mas volto a repetir, financiamento, contratação, valorização de salários, carreiras, condições de trabalho, mais materiais técnicos e humanos. A questão do programa que é agora lançado “Nascer + Cidadã e + Cidadão”, não contemplará decerto, os bebés que não vão nascer em Setúbal durante 9 semanas, até setembro, portanto, temos de ter isso em conta, não é esse plano que vai resolver, nem esse programa que vai resolver. Em relação ao que colocava o CHEGA, eu vou só dizer que, esta CDU é a CDU que em outubro de 2023, em 27 de outubro para ser precisa, apresenta através dos seus deputados na Assembleia da República, João Dias e Paula Santos, um pedido de audição das diversas Entidades a propósito do que se previa ser já o encerramento das Maternidades, um pedido de audição que foi chumbado na Comissão de Saúde pelo PS, impedindo o debate amplo que esta situação exige. É também a mesma CDU, que vem pedindo aqui representada pela Câmara Municipal, tem pedido audições urgentes ao Ministério da Saúde e aos Diretores Executivos do SNS, é também a mesma CDU que na Assembleia volta a pedir audições urgentes sobre a mesma matéria em relação à região de Lisboa e Vale do Tejo, portanto, a CDU não está parada, a CDU ouve a população, sente a situação a agravar-se e responde a isso tudo.

**Alínea a)** – Aprovado por maioria e em minuta, com 24 votos a favor, 17 da CDU, 5 do PPD/PSD, 1 do BE e 1 do PAN, 3 abstenções, 2 do CH e 1 da IL, e 10 votos contra do PS.

**Alínea b)** – Aprovado por maioria e em minuta, com 24 votos a favor, 17 da CDU, 5 do PPD/PSD, 1 do BE e 1 do PAN, 3 abstenções, 2 do CH e 1 da IL, e 10 votos contra do PS.

**Alínea c)** – Aprovado por maioria e em minuta, com 27 votos a favor, 17 da CDU, 5 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 10 votos contra do PS.

**Alínea d)** – Aprovado por maioria e em minuta, com 27 votos a favor, 17 da CDU, 5 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 10 votos contra do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada, na sua globalidade, por maioria e em minuta, com 24 votos a favor, 17 da CDU, 5 do PPD/PSD, 1 do BE e 1 do PAN, 3 abstenções, 2 do CH e 1 da IL, e 10 votos contra do PS.

**Marco Costa (PS)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Por todos os motivos já explicados durante a intervenção, o Partido Socialista votou contra esta moção, porque na globalidade, não se identifica com esta filosofia de fazer crítica pela crítica, porque ela própria representa o desprestigiar do Serviço Nacional de Saúde numa altura em que precisamos é de puxá-lo para cima e não o empurrar para baixo. votámos contra os pontos, segundo a proposta de dividir os pontos e votá-los separadamente, é lógico que votamos contra cada um deles porque não nos identificamos com o global da moção e porque alguns deles já estão a ser preocupações e já estão a ser abordados pelo Governo e porque outros não nos fazem sentido, porque partem de pressupostos errados e que podem induzir a população em erro de que a intenção é desmantelar este serviço quando não é nada disso, temos provas, portanto, acaba por ser uma forma de mentir encapotadamente à população que virá esta recomendação.”*

**4. Moção “Solidariedade com a luta dos trabalhadores e reformados, 28 de junho” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 35, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Luís Leitão (CDU)** – A Moção que hoje trazemos aqui visa solidarizar-se com aquilo que tem sido a luta dos reformados e dos trabalhadores pela melhoria das suas condições de vida e dos seus salários de modo a repor o poder de compra perdido, de modo a que se valorizem as carreiras e as profissões e de modo a estarmos ativamente solidários com aqueles que tem lutado contra aquilo que é uma política que, em nosso entender, beneficia o grande capital, prejudica os trabalhadores e intensifica a exploração.

**Manuel Fernandes (PS)** – Aquilo que foi dito na abreviatura da apresentação da moção não corresponde exatamente à verdade, porque aquilo que foi dito foi que, era um voto de solidariedade para com os trabalhadores em luta e os pensionistas e aquilo que está na moção, não é um voto de solidariedade, é uma retórica e uma demagogia política a tentar responsabilizar o Partido Socialista pela luta e pelos reformados, portanto, isto não é totalmente verdade. Aquilo que foi apresentado, dizer que, quando se apresenta na moção, uma frase que diz *“a opção política do PS passa por manter as normas gravosas da legislação laboral”* e gostaria de acrescentar o seguinte, a agenda do trabalho digno foi aprovada e eu gostaria de mencionar duas questões que são reveladas aqui. Uma é a luta dos trabalhadores e a outra é referente aos reformados, relativamente aos reformados, o Partido Socialista pagou antecipadamente em outubro do ano de 2022, uma parte do aumento do ano de 2023, em janeiro de 2023 levaram um aumento, que é o aumento salarial anual, aquele que está normalizado e agora em julho, neste mês, leva mais um aumento de 3,57%, repondo aquilo que está consagrado na Lei de Bases da Segurança Social, portanto, aquilo que é dito aqui, não corresponde minimamente à verdade, é pura e simplesmente ao lado. E depois, também falha o tiro ao alvo, não é o Partido Socialista o responsável, porque relativamente àquilo que são os baixos salários e a precariedade, eu recuperava aquilo que está na agenda do trabalho digno, que foi aprovado com o vosso voto contra e aquilo que foi aprovado com o vosso voto contra, diz o seguinte: *“a duração dos contratos de trabalho temporários passam a ter limites máximos quando esteja a ser desempenhado a mesma função ainda que a entidade empregadora seja diferente”*, isto é política de capitalista?  
E reduzir para quatro o número de renovações dos contratos temporários, isto é capitalismo?  
O período experimental é reduzido para jovens que já tenham tido contratos a termo na mesma atividade mesmo que, com outro empregador, isto é fazer a política dos patrões?

Passa a ser proibida a utilização de outsourcing durante um ano, após um despedimento coletivo ou por extinção de posto de trabalho, os estágios profissionais passam a ser remunerados no mínimo por 80% do salário mínimo nacional e as bolsas do IEFEP, para licenciados são aumentadas para 960 euros, estamos a falar de uma política de baixos salários, é esta gestão danosa que a CDU aplica à opção política do Partido Socialista, para manter as normas gravosas?

Isto já para não falar no aumento das indemnizações compensatórias, no aumento da parentalidade, na redução da fiscalidade, tudo isto está na agenda do trabalho digno.

Vossas Excelências, estão a falar exatamente do quê? É que disto não é certamente!

É a opção política do Partido Socialista que é responsável, ou é o vosso oportunismo político a tentar direcionar as vossas amarras ideológicas contra a gestão do Partido Socialista, isso sim!

**Paula Soeiro (PSD)** – No PSD, somos pela valorização do trabalho, das profissões e das carreiras, pelo aumento dos salários e o aumento do poder de compra dos trabalhadores e dos reformados, mas não somos como outros, contra o lucro, somos sim contra as Empresas que não têm lucros, que têm que ser socorridas com o dinheiro de todos nós ou vão à falência deixando dívidas por pagar, recorde, o exemplo recente da “Efacec”.

Todos nós sentimos que estamos a empobrecer com a gestão do atual Governo do Partido Socialista, não iremos acompanhar a presente moção, tal como outras, porque entendemos que nas Assembleias Municipais, os seus documentos não devem ser locais para apelar a manifestações de carácter sindical.

**Flávio Lança (IL)** – Senhor Presidente, proponho que seja votado ponto a ponto.

**Luís Leitão (CDU)** – Em primeiro lugar, quero referir que não há nenhum problema em apresentar uma moção sindical seja lá onde for, porque ser sindical faz parte da vida e a liberdade de cada um é aquela que aqui temos representado nesta moção e, portanto, quem não se identifica está no seu direito de não se identificar com alguma coisa que seja sindical, mas ser sindicalista seja lá onde for, acho que não é crime em lado nenhum e, portanto, era este esclarecimento que queria prestar. Relativamente às questões que se prendem com a precariedade, eu acho que o trabalho temporário nem sequer devia de existir, eu acho que as renovações nem sequer deviam ser limitadas e relativamente aos reformados, deixem-me vos dizer uma coisa, todos nós que temos rendimentos até aos 1.500 euros, recebemos, salvo erro, 125 euros em outubro, e os reformados receberam uma parte que foi um prémio.

O que os reformados eram para receber, era 8% em janeiro e não os 3,57% que acho que receberam, e que vão receber agora o restante e, portanto, o que acontece agora é que é uma reposição e não há aqui demagogia nem oportunismo político, pode haver oportunismo político da outra parte, agora aqui não!

A reposição da indemnização pela caducidade do contrato de trabalho, “oh amigos” era um mês por cada ano, está agora em quanto?

Não foi repostado, é que não foi repostado, aquilo que o Passos Coelho tirou!

Foi uma das primeiras medidas e depois não beneficiou o capital!

Não! Querem ver que beneficiou os trabalhadores!

Querem ver que isto é benefício para os trabalhadores, repor só parte e não chegar a um mês!

Relativamente àquilo que se apresenta de lucro, nós não estamos a falar, não estamos a dizer que as empresas não têm que ter lucro, agora o que nós estamos a dizer, é que estamos a falar da Sonae, estamos a falar da EDP, estamos a falar da Petrogal, estamos a falar dos Bancos, estamos a falar de capital, que muitas das vezes é especulativo, que brincam com os preços e que todos nós contribuintes temos de pagar, essencialmente as pessoas que trabalham.

E aqueles que têm de pagar mais pela renda da sua casa e pela renda da habitação, esse dinheiro quem é que vai lucrar não são os bancos?

Aqueles que pagam mais e que veem a pagar mais pela gasolina, quem é que vai lucrar, então não é a Petrogal?

Ou então, os senhores já se esqueceram que quando foi para liberalizar o mercado, vamos liberalizar, que assim a concorrência vai fazer com que os preços da energia baixem!

Está-se a ver! Foi uma baixa, que foi uma coisa doida, e, portanto, ficava-me por aqui.



**Presidente da Mesa** – Foi proposto a votação ponto a ponto da parte deliberativa, há objeção quanto a isso?

**Luis Leitão (CDU)** - A bancada da CDU não se opõe ao voto por pontos.

**1.º Ponto** – Aprovado por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 17 da CDU, 1 do BE e 1 do PAN, 8 abstenções, 5 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL, e 10 votos contra do PS.

**2.º Ponto** – Rejeitado por maioria e em minuta, com 19 votos contra, 10 do PS, 5 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 17 da CDU, 1 do BE e 1 do PAN, e 8 abstenções, 5 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL, e 10 votos contra do PS.

**Manuel Fernandes (PS)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista votou contra a apreciação global, considerando a matéria deliberativa, porque toda ela está assente num pressuposto completamente errado e entendemos que ele enferma no erro de premeditar um oportunismo político, assente naqueles que mais mal passam na nossa sociedade, sejam eles reformados ou trabalhadores.”*

**Flávio Lança (IL)** – Gostaria de fazer uma declaração de voto a respeito desta moção, com teor sindicalista a fim de dispersar a nossa opinião sobre o assunto.

Fez a seguinte declaração de voto: *“Entendemos que é importante que esta Assembleia Municipal represente os interesses de todos os cidadãos e promova um ambiente inclusivo, para o debate de questões relevantes para o nosso Município. A moção em questão, expressa preocupações legítimas relacionadas com as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, jovens, reformados e as suas famílias, em relação às condições de vida e aos custos crescentes de bens e serviços essenciais e habitação. Reconhecemos a importância de abordar estas questões e procurar soluções que promovam o bem-estar de todos os munícipes. Reafirma o compromisso de promover um ambiente favorável ao crescimento económico, ao investimento e que estimula a criação de emprego e a implementação de políticas que incentivem a valorização das profissões, a inovação e a competitividade, beneficiando todos os cidadãos do Concelho.*

*No entanto, gostaria de salientar que entendemos que a participação em lutas e movimentos sociais, deve ser uma escolha individual, cada pessoa tem o direito de decidir por si mesma, se deseja envolver-se em protestos, manifestações ou qualquer outra forma de ativismo.*

*É fundamental esta Assembleia na nossa opinião, respeitar a autonomia e a liberdade de cada cidadão, para tomar as suas próprias decisões sem impor ou apelar a uma participação específica em lutas sociais.*

*E por este não ser o espírito do ponto dois, não podemos votar favoravelmente este ponto.”*

**Vanessa Silva (CDU)** – Queria fazer um ponto de ordem à Mesa, Sr. Presidente. Nós gostaríamos de saber se vai ser recolocada a grelha do tempo, ou se definitivamente o sistema “pifou” hoje. Se não for recolocada sugerimos que a contabilização passe a ser feita como se fazia antigamente, que é com o relógio, porque temos regras de funcionamento na Assembleia Municipal. Hoje os ânimos já se exaltaram um bocadinho e manda o bom-senso que, em vez, de estarmos a falar uns em cima dos outros, conheçamos o tempo que ainda dispomos para falar, para o podermos gerir.

**Presidente da Mesa** – Qual é o método que a senhora deputada propõe?

**Vanessa Silva (CDU)** – É conhecermos os tempos no final de cada intervenção dos partidos.

**Presidente da Mesa** – Os tempos foram postos a zero, para passar para a grelha das propostas, não é possível recuperar os tempos.

**Vanessa Silva (CDU)** – Senhor Presidente, certo! Nós sabemos! O Sr. Presidente está a fazer-me uma pergunta, eu posso explicar-lhe o que estou a dizer, há tempos distribuídos, contabilizam-se no relógio e no fim de cada intervenção, o senhor Presidente refere à Assembleia Municipal, a CDU tem X tempo, o PS tem X tempo, o PSD tem X tempo, o Bloco de Esquerda tem X tempo...

**Presidente da Mesa** – Partimos de uma contagem do zero deste período?

**Vanessa Silva (CDU)** - Quer dizer, não podemos é continuar na Assembleia Municipal, como se os tempos não existissem no nosso regimento.

**Presidente da Mesa** – Eu não adivinho, quais eram os tempos que cada um já gastou, não é possível foram apagados e passados a zero, passou-se para a grelha seguinte, portanto, aquilo que fiz foi apelar ao senso comum, para se conterem nos tempos. Eu só posso fazer contagens agora a partir do zero, não vou prossupor! Se é a partir do zero, começamos a contagem através desta grelha, retomamos agora e depois apagamos todo o tempo já gasto até agora, é que não posso agora supor quanto tempo é que já gastou cada bancada. A meio do período o programa foi desligado, foi como se passássemos para a parte das propostas, como ainda estamos no Período de Antes da Ordem do Dia, perdemos os tempos. Acho que já todos excedemos o tempo, exceto a CDU, sinceramente. A CDU tem sempre mais tempo que não gasta, também havia muito poucas intervenções feitas.

Estamos a meio destas propostas de recomendações, podemos em vez de estar a perder mais tempo ainda, deixar de fazer intervenções longas, por favor! Estamos a votar documentos já conhecidos, não é necessário intervenções longas e marcamos as posições que temos, cada um marca as suas e a seguir vota-se a posição. Estamos quase nos votos de pesar, são coisas simples de resolver, acho que podemos chegar até ao fim.

**Vanessa Silva (CDU)** – Senhor Presidente, como já foi claro para todos aqui, todos os Partidos excederam o tempo, se excederam o tempo não têm tempo para intervir, já não há tempo para os Partidos intervirem.

**Presidente da Mesa** – Vamos resolver isto com votações sobre os documentos apresentados sem grandes repetições. Eu repito, haja a noção de que todos ultrapassámos mais ou menos os tempos que disponhamos, portanto, vamos fazer o resto destas moções e saudações com o mínimo de tempo para exposição e votação a seguir. Os documentos são conhecidos e estão distribuídos, não é preciso estarmos com grandes discussões sobre isto.

**5. Moção “Dia Internacional do Refugiado (20 de junho de 2023)” (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 36, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**António Loução (PS)** – No passado dia 20 de junho celebrou-se o Dia Internacional do Refugiado, não podíamos deixar de assinalar esta data, pois representa um dia de coragem, por aqueles que abandonam os seus países, em virtude de conflitos e, ou perseguições. No último ano, chegaram a Portugal, treze vezes mais refugiados do que, nos últimos sete anos. Estes são de diferentes origens, desde a Europa ao Sudeste Asiático. É de realçar o crescente número de refugiados devido à guerra da Ucrânia, dos quais Portugal acolheu cerca de 14 mil a título temporário.

Queremos expressar solidariedade a toda a comunidade de refugiados a residir em Portugal e em especial no nosso Município. Repudiamos toda e qualquer forma de discriminação para com as pessoas em situação de refúgio.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

### III – SAUDAÇÕES, VOTOS DE LOUVOR E DE PESAR

1. **Saudação “João Cruz” (IL)** (conforme documento registado sob o n.º 37, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Flávio Lança (IL)** – É com imensa satisfação que apresento este voto de saudação em homenagem a João Cruz, um jovem atleta exemplar e inspirador, que tem trazido um grande orgulho à nossa cidade. Tem apenas 14 anos conquistou uma medalha de bronze no Mundial de patinagem artística, na modalidade de 4 rodas, realizando recentemente este feito.

É um filho desta cidade, levou consigo o nosso espírito de resiliência, garra e determinação, para os palcos internacionais. Não podemos ignorar, no entanto, as dificuldades que João enfrentou para alcançar este feito notável, apesar do seu talento inegável, o Estado não reconheceu a importância de apoiar financeiramente a sua participação no campeonato. Mais uma vez, foi a comunidade que se uniu em solidariedade, através de rifas, doações e mobilização nas redes sociais, para garantir que João tivesse a oportunidade de competir ao mais alto nível.

Neste voto de saudação insiste a Assembleia, não apenas conhecer o feito de João, mas também reafirmar o nosso compromisso em apoiar os talentos desportivos da nossa cidade. É fundamental criar oportunidades, estabelecer parcerias e garantir que os nossos jovens atletas recebam o suporte necessário, para brilharem nos palcos internacionais.

**Vítor Rosa (BE)** – Eu acho que seria simpático, incluir no texto desta saudação, que vamos votar a favor, a identificação da Entidade que o atleta representa, que neste caso, é o ArtWheels - Clube de Patinagem do Sul, porque parece que é apenas uma pessoa no meio disto tudo, acho que seria interessante e simpático referir neste voto de saudação.

**Vanessa Silva (CDU)** – Nós também vamos acompanhar esta proposta, de qualquer das formas gostaríamos de propor ao proponente que incluísse uma referência ao apoio concedido pela Câmara Municipal de Setúbal.

**Presidente da Mesa** – Senhor Deputado, Flávio Lança, esta menção ao clube do atleta e aos apoios que a Câmara já tinha decidido, podem ser incluídas na sua proposta?

**Flávio Lança (IL)** – Em relação à Entidade sim, eu gostava só de questionar se estes apoios foram dados antes ou depois do João ter ganho a medalha. Se foram antes, sim inclui-se, se foram depois, não estamos dispostos a incluir, porque não foi esse o espírito da moção.

**Presidente da Mesa** – Senhor Presidente, quer permitir algum esclarecimento sobre o assunto?

**Presidente da Câmara** – Peço ao Sr. Vereador Pedro Pina, para responder.

**Vereador Pedro Pina** – Por uma questão de esclarecimento, aliás, a questão da interpelação do deputado Vítor Rosa vem esclarecer, eu acho que quando acontece isto, eu acho que são as circunstâncias em que nada nos opõe na bancada, mas acho que temos de ser rigorosos. A exemplo do João, há dezenas de exemplos em que entidades e atletas que só têm participado internacionalmente a representar o País, porque esta Câmara, votado por unanimidade por todas as bancadas, têm trazido aqui apoios. Impõe-se que, por critérios formais, os apoios não possam ser atribuídos individualmente aos atletas, têm de ser atribuídos às entidades, e as entidades têm que fazer demonstração para que possa ser feito esse comprovativo e esse pagamento.

O diálogo, com nomeadamente os familiares do João é de há meses e só assim foi possível viabilizar quer a participação em Itália, quer posteriormente, a participação na América do Sul e, portanto, senhor deputado, é só por uma questão de aclarar, como tem acontecido em muitos outros momentos. Não é para ter a Câmara Municipal, ou o Executivo ou força partidária, é porque efetivamente como referiu, é uma tragédia

para o desporto nacional que atletas que representam o País só o consigam fazer por esforço próprio e por muitas das autarquias do nosso País.

**Flávio Lança (IL)** – Senhor Presidente, estamos dispostos a incluir o apoio recente da Câmara à Instituição, que acho que foi isso que foi dito.

**Presidente da Mesa** - Foi referido um apoio sistemático.

**Flávio Lança (IL)** – Sistemático, não consigo averiguar, eu preferia apoio recente da Câmara Municipal à Instituição que representa o João.

**Presidente da Mesa** – Pedimos a informação ao Executivo, e o Executivo deu a resposta, não é!  
Portanto, incluindo aqui a referência ao apoio do Clube que o atleta representa e do Município que, em concreto também apoiou a participação deste atleta, é isso?

**Flávio Lança (IL)** - Foi o que disse, é o apoio recente do Município à Instituição referida, ArtWheels - Clube de Patinagem do Sul.

**Vanessa Silva (CDU)** – Eu queria só fazer um apelo ao proponente, que é para retirar o recente, porque o apoio não é recente, a Instituição é apoiada. E como o senhor Vereador aqui referiu, houve uma intervenção que foi prolongada no tempo, para permitir que o apoio acontecesse. Se o proponente não entender, nós como aquilo que aqui está a ser feita é a valorização do atleta, nós vamos apoiar na mesma, mas consideramos que não é rigorosa a forma como este assunto está a ser abordado.

**Presidente da Mesa** – Muito bem, aliás, o próprio texto da moção, chega aqui ao antepenúltimo parágrafo e diz “também reafirmar o nosso compromisso em apoiar os talentos desportivos da cidade”, reafirmar, isto é reconhecer que algum apoio tem havido, não é!

Agora, se ele está em concreto a ser informado de que, neste caso houve e há de forma sistemática apoio a atletas que não têm nenhum apoio nacional, estes, nestas situações não têm, o Executivo apoiou, o Clube também participa nesse apoio, a referência ao apoio do Município e o apoio ao Clube que o atleta representa, é consenso que sendo incluído toda a gente está de acordo. Fica então aprovada por unanimidade com esta adenda na redação, em relação a este apoio do Clube e do Município.

**Vanessa Silva (CDU)** – Detetei aqui um erro nesta saudação, diz os eleitos da Iniciativa Liberal na Assembleia Municipal de Setúbal e a Iniciativa Liberal tem apenas um eleito aqui na Assembleia Municipal, era útil corrigir.

**Flávio Lança (IL)** – Senhor Presidente, se não se importa corrigimos esse ponto.

**Presidente da Mesa** – Mas isto é o carácter plural, do Sr. Deputado Flávio Lança.

**Flávio Lança (IL)** – Nós valemos por muitos, mas, pronto, colocamos cá o “eleito”!

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

**2. Saudação “Aos Participantes das Marchas Populares de Setúbal 2023” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 38, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

**Ana Rita Drouillet (CDU)** – A bancada da CDU, irá acompanhar realmente esta saudação e queremos acreditar que o vosso verdadeiro propósito é realmente saudar e realçar o empenho das Coletividades, dos

marchantes e de todos aqueles que, dia após dia, fazem acontecer este evento cultural que nós tanto apreciamos.

Não deixamos de salientar ainda, o carácter provocatório, que enfim, é aquilo que tem vindo a ser uma tentativa de destabilização do Partido Socialista, no que diz respeito às Marchas Populares e, de facto, achamos que seria bastante interessante avaliar quais são os montantes alocados por outras Autarquias, para este mesmo tipo de eventos, nomeadamente em Almada. Isso, de facto, o que está aqui espelhado é uma opinião global de todas as Coletividades que se empenham neste evento, ou se mais uma vez, espelha unicamente os eleitos do Partido Socialista e os seus amigos.

**João Fidalgo (PS)** – Relativamente à saudação que aqui se apresenta, a mesma é feita a todas as Coletividades e Associações que participaram nas Marchas Populares deste ano em Setúbal. Sem denegrir, nem tentar puxar para cima ninguém, apenas fazendo referência à vencedora, totalmente justa, como aliás, foi reconhecido pelo júri, fazendo menção a todas as Coletividades e Associações que participaram, e é claro que o que está aqui relativamente à diminuição do número de participantes nas marchas ao longo destes anos, é uma opinião generalizada, não só das Coletividades que participaram no passado, mas inclusive das que atualmente participam.

**Presidente da Mesa** – A deputada falou na questão dos apoios, a questão foi largamente discutida no Executivo, a questão dos apoios às marchas foi largamente discutida, e acho que, pelo menos no âmbito do Executivo ficou muito claro, qual era o montante dos apoios, se era o necessário e se era suficiente ou não.

**Ana Rita Drouillet (CDU)** – Precisamente por ter sido largamente discutida previamente com as Coletividades e estudada atempadamente com as Coletividades e discutida em sessão da Câmara, num exercício pouco digno desta casa, é que precisamente nós, não consideramos que esta saudação reflita o conjunto de todas as Coletividades que participaram.

No entanto, como referi, nós vamos acompanhar porque queremos acreditar que o intuito é realmente saudar todos os participantes e que as marchas perdurem ao longo dos anos.

**Paula Soeiro (PSD)** – Olhando a saudação com mais atenção, eu entendi que estavam todos os participantes, efetivamente estão todos os participantes a concurso, mas sabemos todos que, e nomeadamente a APPACDM extra concurso tem um impacto significativo na mobilização da população também para assistir às marchas, pelas suas características a extra concurso e assim se deverá manter, mas eu acho que o Partido Socialista poderá acolher perfeitamente isso, a menção da APPACDM com a sua presença nas marchas, em todos os eventos.

**Maria João Palma (PS)** – Obviamente que nós faremos um parágrafo e acrescentaremos no sítio próprio a marcha da APPACDM.

**Presidente da Mesa** – Tem uma participação especial num concurso, afinal, faltava uma marcha e logo essa, não é! Portanto, com a inclusão da referência desta saudação especial, neste caso é uma saudação especial, à participação especial da APPACDM, vamos incluir este texto antes do último parágrafo, para considerar o texto completo a votar.

**Vanessa Silva (CDU)** – Senhor Presidente, mas qual é o texto?

**Presidente da Mesa** – É o texto que acrescenta a participação da APPACDM.

**Vanessa Silva (CDU)** – Mas qual é o texto? É melhor darmos oportunidade a que escrevam o texto não é!

**Presidente da Mesa (CDU)** – Uma saudação especial, à participação especial da APPACDM.

**Vanessa Silva (CDU)** – A CDU, em nenhuma circunstância, vota nenhuma moção em que não conheça o texto completo e, portanto, é um texto consensual, vamos votar a favor, mas é uma questão de princípio, nem sobre este assunto, nem sobre nenhum.

Portanto, já noutros momentos demos tempo aos senhores vereadores, para escreverem o texto, na última Assembleia Municipal foi ao senhor deputado municipal do PSD, portanto, não há critérios distintos, nós aqui votamos o que é apresentado, não há cheques em branco.

**Presidente da Mesa** – Eu disse uma frase, o nosso regimento é o mesmo que permitiu que ainda há pouco em relação à saudação ao atleta João Cruz, nós adotássemos a inclusão de um texto que foi aqui mencionado oralmente, simplesmente, não houve problemas, a menção do Clube que o apoia e do apoio do Município, não vimos o texto escrito.

**João Fidalgo (PS)** – Senhor Presidente, se me permitir, a bancada do PS gostaria de acrescentar ao penúltimo parágrafo, a seguir onde diz “o Grupo Desportivo Setubalense “Os 13”, bem como a participação sempre especial da APPACDM.

**Presidente da Mesa** – Com este aditamento vamos pôr esta saudação à votação.

Entrou na Sala de Sessões e passou a fazer parte dos trabalhos a Sra. Deputada Municipal, Natália Soares do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

3. **Saudação “Ao Grupo 206 – Setúbal, da Associação dos Escoteiros de Portugal, pelo seu 22.º Aniversário” (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 39, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**João Fidalgo (PS)** – Esta saudação visa congratular o Grupo 206 - Setúbal da Associação de Escoteiros de Portugal pelo seu 22º aniversário, e também pelo trabalho desenvolvido na área onde se insere o Bairro da Bela Vista e nas zonas circundantes, com um especial relevo para a chefia do grupo, em especial para o chefe de grupo que é o Rúben Moreira, portanto, a parte deliberativa será saudar o Grupo 206 da Associação de Escutas Portugal pelo seu 22º aniversário.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

4. **Voto de Pesar “Luís Filipe Aleluia da Costa” (IL)** (conforme documento registado sob o n.º 40, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

5. **Voto de Pesar “Pelo Falecimento de Luís Aleluia” (BE)** (conforme documento registado sob o n.º 41, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

6. **Voto de Pesar “Luís Aleluia” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 42, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

7. **Voto de Pesar “Pelo falecimento de Luís Aleluia” (PAN)** (conforme documento registado sob o n.º 43, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi o Voto de Pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

8. **Voto de Pesar “Pelo falecimento de Maria Graça Bessa” (BE)** (conforme documento registado sob o n.º 44, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

9. **Voto de Pesar “Pelo falecimento de Maria Graça Bessa” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 45, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo mais intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

10. **Voto de Pesar “Maria Graça Bessa” (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 46, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo mais intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

11. **Voto de Pesar “Luís Graça” (PSD)** (conforme documento registado sob o n.º 47, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Rui Lamim (PSD)** – Para ficar manifestado ou escrito e descrito aquilo que é a manifestação de pesar, ou voto de pesar sobre Luís Graça, tenho aqui um pequeno texto que passava a ler.

Luís Graça, como era conhecido, foi governador civil de Setúbal de junho de 1990 a novembro de 1992, no período de governação de Cavaco e Silva. Foi vereador eleito pelo PSD, na Câmara Municipal do Montijo entre 1990 e 1992, morreu recentemente aos 74 anos, a Assembleia Municipal de Setúbal manifesta aqui a sua homenagem ao homem e ao político que de forma exemplar serviu a causa pública.

Não havendo mais intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Fez-se um minuto de silêncio em memória de todos os falecidos.

### **C – PERIODO DA ORDEM DO DIA**

1. **Informação escrita do Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades referente aos meses de abril e maio de 2023** (conforme documento registado sob o n.º 48, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Paula Soeiro (PSD)** – A bancada do PSD, reitera os pedidos realizados em sessões anteriores relativas à apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, isto porque mais uma vez, a informação continua na nossa opinião, sem dar resposta à alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei 75/ 2013, que determina a existência de apreciação da informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do Município.

Sobre o relatório em concreto relativamente à atividade do Município nos meses de abril e maio, dar nota que na página n.º 57 diz que, “atendendo à proliferação crescente de estruturas abarracadas na envolvente das Manteigadas, a DIPU procedeu a registos fotográficos e outros, lê-se um levantamento rigoroso da situação existente”. Perguntamos, qual é a situação para a remoção de estruturas precárias, ilegalmente construídas.

**Francisco Cabral (PSD)** – Aproveitar apenas para retratar também publicamente e fazer um pedido de desculpas ao Vereador Pedro Pina, por fazer uma questão com informação errada e também agradecer por rapidamente se oferecer a responder por escrito às restantes questões.

**Presidente da Mesa** – Senhor Presidente, quer responder à questão colocada.

**Presidente da Câmara** – Senhor Presidente, pedia à senhora Vereadora Rita Carvalho, para responder.

**Vereadora Rita Carvalho** – Sobre a questão do levantamento referenciado pela Divisão de Planeamento, foi verificado que correspondem a estruturas de apoio à atividade agrícola de subsistência de quem é residente ali na proximidade e o que estamos a fazer é um estudo para integrar estas pequenas hortas urbanas, no corredor verde desde as Escarpas de São Nicolau até à Bela Vista, que vai ser criado com investimento municipal. Estamos a fazer o estudo, a identificar os proprietários dos terrenos, a tentar termos cedência, enfim, estamos no andamento do processo, mas a perspetiva é integrar aquela atividade agrícola neste corredor verde.

2. Deliberação n.º 038/2023/AM – Delib. CM n.º 669/2023 – Abertura de procedimentos concursais – cargo Dirigente Superior e cargos Dirigentes Intermédios de 1.º grau e de 2.º grau e designação da composição do respetivo júri de recrutamento – Serviços Municipalizados de Setúbal

**Manuel Fernandes (PS)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU e IL e a abstenção do PPD/PSD, CH, BE e PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 28 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS e 1 da IL, e 10 abstenções, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 50.

3. Deliberação n.º 039/2023/AM – Delib. CM n.º 736/2023 – Abertura de procedimento concursal para cargo de Direção Intermédia de 2.º grau e da designação da composição do respetivo júri de recrutamento

**Manuel Fernandes (PS)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, PS, BE, PAN e IL e a abstenção do PPD/PSD e CH, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 8 abstenções, 6 do PPD/PSD e 2 do CH, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 51.





4. Deliberação n.º 040/2023/AM – Delib. n.º 776/2023 – Contratação para “Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos de contentores enterrados e semienterrados, do Município de Setúbal, pelo período de 6 meses”, para os Serviços Municipalizados de Setúbal – Autorização prévia para assunção de encargos plurianuais decorrentes da contratação – Delegação de competências, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar

**Manuel Fernandes (PS)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, PS, CH, BE e PAN e as abstenções do PPD/PSD e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

**Isabel Conde (PSD)** – A Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal emitiu parecer favorável por maioria com os votos a favor da CDU, PS, CH e PAN e as abstenções do PPD/PSD, BE e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 52.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 31 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e 7 abstenções, 6 do PPD/PSD e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 53.

5. Deliberação n.º 041/2023/AM – Delib. CM n.º 779/2023 – Abertura do procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo – Investimentos Municipais 2024

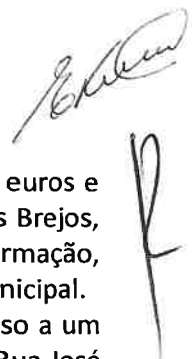
**Manuel Fernandes (PS)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PS, do PPD/PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

**Francisco Cabral (PSD)** – O conjunto de projetos de investimento estratégico para o Município, consta de opções políticas do Executivo, naturalmente são passíveis de ser discutidas e debatidas e, sobretudo criticadas, pese embora algumas dessas decisões não serem as do PSD, consideramos que alguns desses investimentos são bastante interessantes, porque, sobretudo trazem aquilo que também é um claro retorno social para os setubalenses, caso óbvio disso e também alinhado com a recomendação que o PSD trouxe hoje, o “Refúgio Climático da Várzea”. Não obstante, é necessário enquadrar esta abertura de procedimento de contratação de empréstimo, com os 56 milhões de euros de dívida do Município, onde o peso considerável nesta dívida, são os 17 milhões de dívidas a fornecedores.

Como e quando pretende o Executivo pagar este passivo, daqui a 20 anos?

Onde fica a justiça intergeracional, que determina que as gerações presentes têm o dever de manter a integridade ecológica e a sustentabilidade económica da nossa cidade, para a boa sustentação de vida das futuras gerações? O crescimento económico, a coesão social a sustentabilidade, o progresso tecnológico, juntos e justo, são somente possíveis a partir da defesa de um posicionamento em que dar não é sinónimo de abdicar, mas antes de potenciar e de empoderar, é desta solidariedade intergeracional que precisamos e devemos incentivar se queremos um mundo menos desigual. Não é mais libertador do que saber que se é diferente na expressão de si próprio, mas igual nos direitos, devem estes investimentos serem alavancados através de mais endividamento, serão os nossos jovens iguais em direitos à geração a que a maior parte dos eleitos aqui presentes, quando irão ser mais sobrecarregados fiscalmente?

**Mário Aranha (PS)** – Relativamente a este tema a bancada do PS sempre defendeu e sempre irá defender mais e melhor investimento municipal. Temos discordado frontalmente com a calamitosa política do PCP e do PEV na nossa Câmara, de asfixia do investimento municipal, mesmo que este seja um programa muito abaixo do desejável, vamos aprovar esta proposta, temos, contudo, vários reparos e propostas alternativas. O primeiro reparo tem logo à cabeça a ver com uma falta de respeito democrático que este Executivo demonstra para com a nossa Assembleia Municipal, pede uma autorização para avançarmos com empréstimo de cerca de 9 milhões de euros que, no total em juros durante 20 anos, vai onerar em mais de 6



milhões, portanto, as contas municipais nos próximos 20 anos vão ser oneradas em 15 milhões de euros e nem sequer nos mostra aqui, por exemplo, uma maquete do novo Pavilhão ou do novo Mercado dos Brejos, ou o que é que significa Refúgio Climático da Várzea e, portanto, não temos qualquer tipo de informação, isto é um salto de fé, não é que nós tenhamos muita neste executivo, temos é fé no investimento municipal. Obviamente não concordamos que alguns destes investimentos sejam financiados através do recurso a um empréstimo com um prazo tão alargado, dou aqui alguns exemplos como, a intervenção viária na Rua José Silva Xavier, ou, por exemplo, a requalificação de um quarteirão urbano, são obviamente obras extremamente necessárias, contudo, estamos a falar em termos muito concretos, de lancis, de calçada, de alcatrão e um empréstimo a 20 anos, não nos parece nada razoável ou seja, isto é claramente o tipo de investimento que deveria ser financiado através do normal investimento municipal. Por exemplo, em 2022, a Câmara teve mais de 125 milhões de euros de receita, para fazer este tipo de intervenções urbanas, precisar de fazer um empréstimo a 20 anos, o qual mais uma vez, volto a repetir, por cada 10 euros que nós vamos pedir de empréstimo, vamos pagar mais 6 euros de juros ao longo destes 20 anos, portanto, não parece mesmo nada razoável, aliás, os empréstimos municipais devem servir basicamente para três coisas, para aumentar receitas e com esse aumento de receitas, consiga cobrir os custos do empréstimo e do capital, diminuir custos, de forma a que estes custos diminuam e que consigam compensar os tais juros, ou capital, ou que sejam os investimentos com um tal impacto social que, de facto serão investimentos a muito longo prazo e, obviamente aí se justifica a contração de um empréstimo desta natureza. O caso do Pavilhão é um caso evidente, em que sim, que se deve fazer este tipo de empréstimo a 20 anos, já outro tipo de intervenções, de facto, são estranhas, porque basicamente, o que nós estamos a dizer é que, algum tipo de requalificação urbanística vai custar 60% mais do que custaria, se fosse financiado através do normal funcionamento da Câmara.

Portanto, achamos que uma Câmara que tem 125 milhões de euros de receitas, precisar de fazer empréstimos a 20 anos, para construir obras com cerca de 140 mil euros, parece-nos uma estratégia bastante errada. Por outro lado, também este programa de investimentos, é um programa de investimentos “poucachinho”, faz aqui algum tipo de escolhas erradas, mais uma vez o IMAPARK e a Praça Carlos Relvas estão ao abandono, equipamentos que custaram milhões de euros e que oneram bastante o orçamento municipal em capital e em juros e estão completamente ao abandono há anos e nós o que faríamos para além de algumas destas obras que estão aqui mencionadas, obviamente, aproveitaríamos este empréstimo de médio longo prazo, para reabilitar património municipal, por exemplo, colocar habitação a renda acessível, obviamente, construir ninhos de empresas para conseguir atrair investimento privado e continuar a fomentar a construção de novos equipamentos desportivos que muita falta fazem ao nosso Concelho.

Por outro lado, também nos causa muita estranheza, de mais uma vez a construção dos Pavilhões Gimnodesportivos que irão servir a Escola Dom Manuel Martins e a de Azeitão não serem contemplados, isto, porque nós sabemos dos estafadíssimos argumentos da CDU, mas o que é estranho é que em Palmela vão construir um pavilhão numa Escola Secundária, com cooperação entre o Estado e a Câmara e o que é certo é que vão ser construídos. Curiosamente também em Sesimbra, que também é uma Câmara CDU, vai ser construído um Pavilhão numa Escola através deste programa, aliás, este programa já construiu mais de 500 pavilhões, mas em Setúbal, infelizmente, temos de continuar à espera porque, infelizmente, as prioridades são outras.

Relativamente a este tema, o que nós estamos a dizer é que sim, vamos aprovar, mas vamos estar muito atentos, àquilo que vai acontecer, ou seja, não contem com o Partido Socialista, para financiar mamarrachos, por exemplo, na Avenida Luísa Todí, connosco, não vão contar! Portanto, nós agora sim, não vamos obstaculizar, sim concordamos que seja feito este investimento municipal que é tão pouco, portanto, tudo o que vier será um ganho, mas não vão contar connosco para construção de mamarrachos.

**Manuel Esteves (PS)** – Venho questionar o seguinte, fico aqui muito satisfeito realmente em que se vá construir o tal Mercado de Brejos de Azeitão e o Auditório Municipal, mas eu perguntava ao senhor Presidente, se se esqueceu das outras promessas que fez aos azeitonenses, se calhar, com maior prioridade, não estou a falar do Mercado, mas sim do Auditório, que serve para acatar, provavelmente 100 pessoas, ao contrário daquilo que temos tanta falta que é o Pavilhão Gimnodesportivo, por exemplo, que anunciou que era para ser feito, o Pavilhão de Multiusos em Azeitão, que também disse que era para ser feito e os tais 2

quilómetros de Estrada de São Gonçalo que está em péssimo estado e que aqui nada consta para completar aqui a listagem elencada aqui neste Plano de Investimentos.

Já foi falado aqui por variadíssimas vezes a falta de intervenção que há na Estrada 25 de Abril, de Vendas de Azeitão, que é uma estrada que tem mais movimento diariamente que a Estrada Nacional 10, é que é ali que é feito o movimento de quase todo o tráfego pesado e já não vou falar das outras mais necessidades que nós temos, como já o senhor, na sua campanha eleitoral anunciou e reforçou nesta tal dita reunião, que é o fazer a tal estrada alternativa para desviar o trânsito pesado de dentro de Azeitão, que é o seguimento de Estrada de Sesimbra, que vai sair a nascente de toda a nossa Freguesia.

**Presidente da Mesa** – Senhores deputados, atendendo ao que se passou hoje aqui, com a nossa impossibilidade de controlo do tempo, a partir de agora, como já está tudo acertado, zero é zero, quando chegar a zero segundos terminou o tempo de intervenção de cada grupo, atenção. Agora já não vou sujeitar-me a mais comentários, mais ou menos agrestes, sobre o meu “descontrolo”, eu não estava a manejar o problema, mas agora vamos cumprir todos.

**Vítor Rosa (BE)** – Não estando em causa a necessidade de investimentos, concretização e requalificação de infraestruturas no Concelho, a nossa abstenção relativamente a esta deliberação tem a ver com as prioridades que o Executivo optou e com a falta de informação a eles associados. Um auditório em Azeitão, sem qualquer desprimor, qual o fundamento como investimento estratégico, porquê em Azeitão e não na Freguesia do Sado, por exemplo?

A construção do Pavilhão Desportivo das Manteigadas, a mesma questão, qual o fundamento como investimento estratégico? O atual está obsoleto? Qual a taxa de ocupação do mesmo? Já não responde à sua procura como Infraestrutura Desportiva? Porquê na Freguesia de São Sebastião e não na Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, por exemplo?

Para além destes dois exemplos, acrescentamos as mesmas dúvidas e preocupações, sobre o Refúgio Climático e a valorização do Corredor Ecológico da Ribeira do Livramento.

À Assembleia, apenas nos chegou a informação desta deliberação, sem projetos que sustentem a necessidade estratégica destes investimentos, sem uma informação financeira básica, a sustentar os valores apresentados. Nada que, como oposição, não estejamos habituados, mas que esperávamos ver corrigido, mas parece que não!

Apenas nos é apresentado mais uma abertura de procedimento de contratação de um empréstimo de 9 milhões em 2023, com reflexos para 2024, nas contas futuras da Autarquia. Na prática, estamos a antecipar empréstimos para o Orçamento de 2024 e a amarrar mais 9 milhões, para os próximos 20 anos, talvez já a pensar em obras para o plano eleitoral de 2025.

Se em relação à requalificação das infraestruturas mesmo com a falta de informação já referida, elas são no mínimo entendidas face ao conhecimento in loco das mesmas e do seu atual estado, dou como exemplo, a Avenida dos Ciprestes com asfaltamento por concluir, obras paradas no passeio que impede a circulação na ciclovia, obras paradas nas marcações de estacionamento e embelezamento da rotunda no final da Avenida no sentido, Setúbal - Palmela, não podemos acompanhar favoravelmente esta deliberação, face ao exposto a nossa abstenção.

**João Fidalgo (PS)** – Gostaria de chamar a atenção e pedir esclarecimentos ao Executivo, sobre a discrepância de valores existentes entre a cláusula 2ª do Caderno de Encargos do Procedimento e o seu Anexo II. Na cláusula 2ª, penso que será um erro de escrita, na cláusula 2ª refere os 8.000.921€, quando que no Anexo II refere 5.000.921€.

**Flávio Lança (IL)** – Nós valorizamos a importância das obras indicadas, mas gostaríamos de perceber se o Executivo tem alguma razão para constar na proposta um prazo de carência de 2 anos e se existe alguma razão para que um conjunto de obras tão diverso tenha um prazo de 20 anos, cuja necessidade de requalificação para muitos destes investimentos irá provavelmente ocorrer antes da liquidação deste empréstimo.

**Presidente da Câmara** – Naturalmente que não vou discutir aqui as questões da visão estratégica ou das opções estratégicas, naturalmente que somos forças políticas diferentes e temos opiniões diferentes e com argumentos, eventualmente também diferentes.

Agora, relativamente ao facto de nós entendermos da importância de fazer este empréstimo e de ser um empréstimo de médio longo prazo, têm a ver, naturalmente com a situação financeira da Câmara Municipal. Portanto, a situação financeira da Câmara Municipal, não é novidade para ninguém, é só uma questão de os senhores deputados municipais, estarem com atenção àquilo que tem sido ao longo dos anos, a situação financeira da Câmara, a melhor forma de controlar a situação financeira da Câmara e, sobretudo a situação da tesouraria da Câmara Municipal, é garantir que os investimentos sejam feitos a prazo, a médio longo prazo e, dessa forma haver um melhor controlo da situação financeira da Câmara, de forma a que os pagamentos possam ser programados e não caiam em cima do dia a dia, da vida da Autarquia e que, portanto, continuam a agravar esta situação. Eu não vou alongar aqui muito sobre a situação financeira da Câmara, porque nós na altura de quando fazemos o Orçamento temos de aprofundar esta discussão, creio que várias vezes falei sobre esta situação e não é novidade nenhuma e, portanto, resumindo é isto.

A iniciativa de recorrer a empréstimos de médio longo prazo, permite à Câmara Municipal, ter um controlo mais apertado, digamos assim, controlado sobre a situação financeira do Município e, portanto, a médio prazo, conseguir fazer uma programação daquilo que são os compromissos financeiros que a Câmara vai contraindo e desta forma também ao mesmo tempo, não deixar de fazer investimentos. Houve aqui um senhor deputado, que falou dos 17 milhões de euros de faturas que estão em pagamento, naturalmente que esta é a tal situação que nós temos e que é necessário garantir esse pagamento, como bem sabem, tomamos uma opção política, estratégica, se assim quiserem, de na oportunidade de receber 10 milhões de euros, da garantia bancária das Águas do Sado decidimos pagar os 10 milhões de euros, podíamos fazer investimento, decidimos pagar faturas em atraso e assim resolver um dos problemas que a situação financeira da Câmara Municipal arrasta e, portanto, creio que esta é a nossa opção, é a nossa forma de olhar para esta realidade e de garantir que esta situação financeira fique melhor controlada e que a Câmara Municipal esteja melhor preparada, para regularizar os compromissos financeiros que vai assumindo e, ao mesmo tempo garante o funcionamento normal dos serviços e de outros investimentos de menor monta possam ser regularizados ou realizados no dia a dia.

Quanto às opções dos projetos que aqui estão, também é normal haver opiniões diferentes, aquilo que eu posso dizer senhoras e senhores deputados municipais, é que nós temos um conhecimento profundo desta realidade, temos reuniões com muita regularidade com as populações, temos uma relação estreita com as Juntas de Freguesia, identificamos, priorizamos os investimentos e é esse compromisso que nós vamos estabelecendo com as populações, naturalmente que há sempre muito para fazer, muitos investimentos para fazer, mas nós priorizamos em função da avaliação que temos e daquilo que consideramos que está de acordo com uma linha de qualificar o território, criar melhores condições ao bem-estar e à qualidade de vida das nossas populações.

A questão dos pavilhões desportivos, que foram já anunciados, dois pavilhões, um nas Manteigadas outro em Azeitão, é uma avaliação que nós fazemos da importância de construir um Pavilhão Desportivo em Azeitão, no contacto, numa relação estreita que temos com o movimento associativo em Azeitão e que nos manifestou e deu-nos provas da necessidade de continuar a dar a oportunidade de uma prática desportiva melhor em Azeitão, sobretudo para os nossos jovens e, portanto, essa é a opção. Relativamente às Manteigadas, também temos uma opção que não é de hoje, e que é da concentração naquela zona do concelho, dos equipamentos sociais desportivos, designadamente no quadro desportivo, é ali que estão situados diferentes equipamentos desportivos, nós pensamos que esta é a melhor forma, é uma visão de planeamento, como outra qualquer, mas é a nossa opção da centralidade de equipamentos que devem continuar a ser instalados naquela zona do concelho, da cidade e do concelho.

Queria dizer ao senhor Manuel Jorge que, eu quando faço, ou quando nós fazemos as promessas, são compromissos que assumimos com as populações, nós consideramos que esta é uma prioridade no caso do Pavilhão Desportivo nas Manteigadas e a breve prazo será anunciada a obra do Pavilhão Desportivo em Azeitão, consideramos que este tinha maior prioridade.

Queria referir-me ainda à questão que referiu da Estrada 25 de Abril, que é a Estrada Nacional 379, e como o senhor deputado sabe, é uma estrada da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, que também com a atenção que a Câmara Municipal tem sobre estas questões, naturalmente que já fez saber à Infraestruturas de Portugal, da importância de garantir a qualidade na circulação daquela via, portanto, não é uma responsabilidade da Câmara Municipal. Relativamente à intervenção na Rua de São Gonçalo, queria dizer que é um compromisso que a Câmara Municipal, que nós, assumimos com a população, porque infelizmente, e já agora também tem a ver com a outra questão que colocou, porque não a via dos pesados a circular da ligação de Sesimbra para a Estrada Nacional 379, mais à frente fora da zona urbana de Azeitão. Infelizmente, senhor deputado, na Planta do PDM que é de 1994, está lá bem expressa uma Via Estruturante em Azeitão, infelizmente, quem licenciou as urbanizações esqueceu-se do que é que significa ter uma via estruturante, é preciso que tenha dimensão suficiente para que seja efetivamente uma via estruturante, infelizmente, ao atravessar Azeitão, nunca será uma via estruturante. Por outro lado, também foram feitas as urbanizações, mas nunca foram feitas as expropriações dos terrenos, embora a via desde 1994 esteja no PDM, como uma via estruturante. A Câmara Municipal, e que fique aqui claro, não pode ser uma via estruturante, porque ela não tem dimensão para garantir esse tráfego. Nós continuamos a negociar terrenos, com novos investidores que estão lá, nas cedências para garantir que aquela via seja também uma via estruturante, mas relativamente às urbanizações, o que temos em muitas daquelas urbanizações é aquilo que nós chamamos que são becos, que são até vedadas, entra-se pelo mesmo sítio por onde se sai. São formas urbanísticas que naquele tempo aconteceram, que nós lamentamos, porque, naturalmente, na situação atual não temos muito a fazer, fazemos aquilo que é possível e isso será feito. E, portanto, dito isto senhor deputado, aquilo que nos resta como via estruturante é exatamente a Rua de São Gonçalo, nas condições que ela tem e, por isso como também não temos condições, para fazer um investimento em toda a Rua de São Gonçalo, o nosso compromisso é que até ao final deste Mandato, esteja feita ou pelo menos avançada a obra nos primeiros dois quilómetros da Rua de São Gonçalo a partir da Estrada Nacional 10, e, portanto, da rotunda que foi construída agora.

É esta a estratégia, é este o planeamento que nós fazemos, infelizmente, noutros tempos, não foi feito e, portanto, agora confrontamo-nos com grandes dificuldades, como sabe, a população de Azeitão continua a crescer, não sabemos, neste momento, a dimensão, mas no último Censos, é a Freguesia que mais cresceu em Setúbal e daquilo que nós avaliamos, pela construção que existe e continua a crescer e, portanto, com aquela situação de falta de vias estruturantes, sobretudo na área de Brejos, naturalmente que nós temos uma Estrada Nacional 10, que está com um engarrafamento contínuo e a 379 vai pelo mesmo caminho. Não podemos fazer muito mais, a não ser que quem pode decidir sobre essas vias rápidas e autoestradas que venha a decidir, porque também está um traçado no PDM, no PDM que está em vias de aprovação, também está lá um traçado, para poder conter uma via desse troço que ligue a Sesimbra, como já esteve previsto noutro tempo, é isto que eu lhe posso dizer sobre os compromissos que nós assumimos com as populações de Azeitão e com outras populações.

Estes investimentos que estão aqui como se vê, são investimentos que tem uma grande preocupação ambiental, no que diz respeito, naturalmente às questões do carbono e da absorção do carbono, um senhor deputado que antes numa recomendação, creio, fazia alusão a esta situação, aí está uma visão que nós acompanhamos e que, de facto, tem a ver com preocupações do futuro e algumas destas propostas que estão aqui tem exatamente isso como objetivo.

Outras situações têm a ver com outros investimentos que vão acontecer no nosso Concelho, designadamente a construção de uma Escola Básica, junto à Várzea e junto à Barbosa do Bocage que lá está e, por isso a Avenida Engenheiro Henrique Cabeçadas, tem de ser requalificada e reforçada com novas infraestruturas e também requalificando o parque de estacionamento gratuito que foi anunciado, na altura não houve condições para fazer a obra, a obra vem agora. Poderia aqui referir outras obras, mas que se enquadram nesta visão estratégica no estudo e no planeamento que nós fazemos da nossa cidade e do nosso território.

**João Fidalgo (PS)** – Senhor Presidente, peço escusa da presente votação por motivos profissionais.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três deputados municipais, um do PS e dois do CHEGA.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 26 votos a favor, 17 da CDU e 9 do PS, 8 abstenções, 6 do PPD/PSD, 1 do BE e 1 do PAN, e 1 voto contra da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 54.

**Flávio Lança (IL)** – Fez a seguinte declaração de voto: “A *Iniciativa Liberal*, reconhece a importância das obras, mas é preciso mais rigor. A Câmara Municipal de Setúbal está a pedir autorização, para lançar um concurso com o objetivo de contratar um empréstimo de 9 milhões de euros, por um prazo de 20 anos, juntando um conjunto de obras com várias naturezas, algumas delas que deixam muitas dúvidas se são efetivamente investimentos. Não está assegurado pela informação recebida e pelos esclarecimentos prestados que o prazo do empréstimo de 20 anos, para todas as obras esteja adequada há vida útil das respetivas obras.

Fazendo, com que possivelmente a Câmara Municipal, daqui a uns anos ainda esteja a pagar o empréstimo e já tenha necessidade de realizar novas obras e que tenha possivelmente necessidade de mais um empréstimo. Por outro lado, não é justificado o motivo pelo qual se equaciona um prazo de carência de 2 anos, que faz com que apenas começa a pagar o capital do empréstimo perto do final deste Mandato, ou mesmo no próximo Mandato, para o tipo de despesa que estamos a avaliar não nos parece razoável assumir qualquer prazo de carência. Adicionalmente e fazendo umas contas breves, se o Município contratar um empréstimo a taxa Euribor a 12 meses, mais um spread de 1%, e vermos se ficará nos 1%, o Município por umas obras que custam 9 milhões de euros, vai pagar em 20 anos 18 milhões de euros, o dobro, imaginemos esta opção para todas as obras.

Desta forma, consideramos que nestes moldes apresentados, com a consideração do prazo de carência de 2 anos e sem adequar o prazo do empréstimo ao período de vida útil de cada uma das obras, não podemos votar favoravelmente.”

6. Deliberação n.º 042/2023/AM – Delib. CM n.º 780/2023 – 4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 4.ª ao Orçamento da Despesa, 4.ª ao Plano de Atividades Municipal e 4.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

**Manuel Fernandes (PS)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PS, PPD/PSD, BE, PAN e IL e o voto contra do CH, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões cinco deputados municipais, dois da CDU, dois do PS e um do PSD.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 23 votos a favor, 15 da CDU e 8 do PS, 8 abstenções, 5 do PPD/PSD, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 2 votos contra do CH, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 55.

7. Deliberação n.º 043/2023/AM – Delib. CM n.º 781/2023 – Prestação de Contas e Relatório de Gestão Consolidado relativos ao exercício de 2022

**Manuel Fernandes (PS)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PS, do PPD/PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

Ficou registado um reparo referente a uma incorreção no valor do EBITDA, no 2.º parágrafo, da página 15 e nesse sentido, os serviços, remeteram uma nota informativa aos membros da Assembleia, que foi distribuída por e-mail.

**Mário Aranha (PS)** – Esta apresentação de contas é um “déjà vu”, demonstra que temos uma organização ineficiente e que o modelo de impostos máximos, para serviços mínimos está completamente esgotado e o investimento municipal é muito reduzido.

Portanto, isto são as contas consolidadas do Município e dos Serviços Municipalizados, basicamente aquilo que nos é apresentado em números, é aquilo que o Partido Socialista e a população sente no seu dia a dia. Este modelo de impostos máximos para serviços mínimos está completamente esgotado, temos uma Câmara ineficiente em termos de aproveitamento dos recursos, em que o investimento municipal é muito reduzido, por exemplo, em 2022 foi de apenas 17 milhões de euros, e de facto, há aqui um número que salta à vista que as amortizações foram cerca de 14 milhões de euros, o que quer dizer que o investimento líquido municipal em Setúbal em 2022, foi de apenas 3 milhões de euros, ou seja os nossos níveis de investimento são de tal forma baixos, que daqui a 1, 2 anos, prevemos que vai haver mais desgaste do investimento, do que existe atualmente, ou seja, as coisas estão-se a degradar mais do que está a ser construído de novo, e isto é absolutamente preocupante, é até uma deturpação daquilo que deve ser o fundamento de uma Autarquia, portanto, o Município deve ser uma máquina de investimento e, neste momento, o nosso Município é uma máquina de gastar dinheiro inútil.

Portanto, obviamente, que nós só podemos votar contra, porque mais uma vez o que esta demonstração de resultados nos apresenta, é uma Setúbal, uma cidade adiada, uma cidade sem investimento privado, o investimento privado fugiu e que, infelizmente, obviamente não podemos acompanhar. Recordo que, em 2022 foi batido o recorde de investimento privado em Portugal, e em Setúbal deve ter sido batido o recorde negativo de investimento privado, zero ou próximo disso.

De referir que, a partir do momento em que há esta consolidação, nós vamos estar muito atentos também às contas dos Serviços Municipalizados, porque os Serviços no tempo das Águas do Sado, apesar de todas as dificuldades, o Município tinha receitas de cerca de 6 milhões de euros líquidos, vamos ver agora, quanto é que é o contributo que os Serviços Municipalizados vão dar às contas.

**Presidente da Câmara** – O senhor deputado, Mário Aranha, já nos habituou a este tipo de intervenções, mas não posso deixar de considerar que o senhor deputado é membro da bancada do Partido Socialista, e isto que acaba de dizer é qualquer coisa que não tem classificação.

É público, que eu anunciei que com licença passada nos nossos serviços, estão a decorrer investimentos na ordem dos 280 milhões de euros privados, no concelho de Setúbal, fiz referência a processos que estão em desenvolvimento, alguns deles que são já anunciados publicamente, reconhecidos pelo Governo, acompanhados pelos Ministérios, na ordem superior a 2 mil milhões de euros de investimento até ao 1º trimestre de 2026, no concelho de Setúbal e temos uma intervenção destas do Senhor deputado, é muito triste, muito triste.

Agora, com alguns cidadãos que eventualmente possam estar a ouvir ou a ver, naturalmente que eu não podia ficar calado, deixar passar isto porque era o que me apetecia, porque, de facto, com intervenções destas e porque já não é a primeira, naturalmente que nem sequer me dava ao trabalho, mas, naturalmente que nós temos esta obrigação.

E lamento, que a bancada do Partido Socialista, permita que haja deputados seus a fazer intervenções desta natureza, já agora acrescento, senhor deputado, que também anunciei que os investimentos públicos neste Mandato, já estão identificados em valor superior a 25 milhões de euros e vão continuar, ainda há pouco, disse ao senhor deputado, Manuel Esteves, sobre outros investimentos que vão continuar a avançar.

**Mário Aranha (PS)** – O que é curioso é que, em todas as vezes que eu faço esta intervenção pergunto e volto a perguntar pela 5ª vez, é a 5ª vez que eu lhe pergunto. Diga qual é o Top 5, desses tais investimentos de 280 milhões de euros? Quantos postos de trabalho é que foram criados diretos e indiretos?

**Luís Leitão (CDU)** – Julgo que a senhora Presidente da CCDRLVT, é do Partido Socialista, e penso que ela, penso não, porque ouvi, ela deu hoje vários exemplos do dinamismo específico de Setúbal e do investimento privado que existe no Concelho, portanto, acho que se você falar dentro do seu Partido, perguntar e recolher informação também a tem, com certeza.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, 10 abstenções, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e 11 votos contra, 10 do PS e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 56.

**Flávio Lança (IL)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Nós não podemos votar favoravelmente este Relatório e Contas, porque o Auditor apresenta algumas reservas que nos deixam com uma preocupação significativa. Em particular na rubrica de outras variações no património líquido, no que diz respeito ao reconhecimento do rendimento referente a imputação associada aos subsídios governamentais recebidos no âmbito de Programas de Financiamento Europeu. O Auditor, declara que não foi possível concluir sobre o reconhecimento destes rendimentos, devido à falta de detalhe dos ativos associados aos subsídios. A gravidade desta afirmação é elevada, pois, indica uma falha ou adequação na prestação de informações financeiras relacionadas com os subsídios recebidos, isto pode resultar numa falta de transparência nas demonstrações financeiras do Município e afetar a sua credibilidade e confiabilidade.”*

**Mariana Crespo (PAN)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Consideramos que a Prestação de Contas Consolidadas referentes ao exercício, findo em 2022, foi apresentada de forma verdadeira e apropriada na sua elaboração, mas verifica-se que não reflete a imagem verdadeira e apropriada prevista na aplicação das diversas normas, o que resultou numa certificação legal de contas com diversas reservas e ênfases que aqui gostaríamos de realçar.*

*Por um lado, a nova nomeação do Revisor Oficial de Contas peca por tardia, o que não permitiu um acompanhamento em termos de auditoria às contas de forma regular. À data da nomeação não encontrou condições de validar os saldos de reabertura do exercício a 1 de janeiro de 2022, o que limita o âmbito desta certificação.*

*O Executivo, na transição para o novo normativo, não conseguiu desenvolver todos os procedimentos necessários para o reconhecimento e mensuração dos ativos não valorizados, de acordo com as normas NCP5 e NCP8, ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, impossibilitando a avaliação dos possíveis impactos que iriam ser refletidos nas demonstrações financeiras.*

*Não é possível aferir os impactos sobre as demonstrações financeiras e chegar a uma conclusão sobre o reconhecimento do rendimento incluído no saldo de transferências e subsídios de capital, uma vez que não existe detalhe dos ativos associados aos respetivos subsídios.*

*Os saldos de clientes e fornecedores não se encontram conciliados podendo originar impacto nas demonstrações financeiras.*

*O contrato de Concessão de Serviços com a E-Redes, não reflete o detalhe sobre os ativos alvo de concessão, não estando assim reunidos os requisitos de reconhecimento previstos na norma NCP5 e os impactos sobre as demonstrações financeiras.*

*Para concluir, o Relatório de Gestão não inclui a totalidade da divulgação prevista na norma NCP27, sem que o Executivo divulgasse a razão desta insuficiência.*

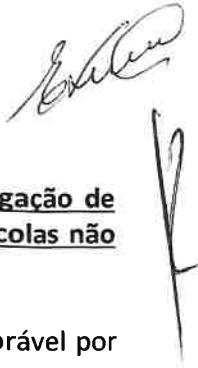
*Assim, abstivemo-nos nesta votação, pois, é nossa opinião que as contas só deverão ser aprovadas, após esclarecimento do Executivo, das limitações levantadas por parte do Revisor Oficial de Contas.”*

**8. Deliberação n.º 044/2023/AM – Delib. CM n.º 784/2023 – 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2023**

**Manuel Fernandes (PS)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PS, do BE e do PAN e as abstenções do PPD/PSD, do CH e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 29 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 1 do BE e 1 do PAN, e 9 abstenções, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 57.





9. Deliberação n.º 045/2023/AM – Delib. CM n.º 788/2023 – Adenda aos Contratos de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho

**Manuel Fernandes (PS)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

**Joana Tomé (CDU)** – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 58.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 59.

10. Deliberação n.º 046/2023/AM – Delib. CM n.º 789/2023 – Contratos de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho – Ano letivo de 2023/2024

**Manuel Fernandes (PS)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

**Joana Tomé (CDU)** – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 58.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 60.

**Manuel Fernandes (PS)** – Sr. Presidente, no seguimento da reunião da CEAF, dou conhecimento à Assembleia que, na sequência da indicação como interlocutor, junto desta Comissão, do Sr. Diretor Municipal de Apoio à Gestão e Projetos Estratégicos, Dr. Ricardo Medeiros, por parte do Executivo, relativa à Proposta da Iniciativa Liberal, sobre o tema “Acompanhamento e análise da Comissão de Economia, Administração e Finanças, sobre as contas do Município de Setúbal e respetiva Execução Orçamental”, foi decidido por consenso que seria realizada uma reunião da CEAF, durante o próximo mês de setembro, para análise da informação financeira referente ao 1.º semestre de 2023.

**Presidente da Mesa** - A Assembleia, tinha conduzido esta incumbência à Comissão de Economia, Administração e Finanças, que está a trabalhar na sequência do que estava deliberado e vai prosseguir o acompanhamento das contas do Município de Setúbal e respetiva Execução Orçamental com a presença do Sr. Diretor Municipal, Dr. Ricardo Medeiros.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e dez minutos do dia trinta de junho, de dois mil e vinte e três.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e três, contém quarenta e duas folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,

  
Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,

  
Eusébio Manuel Candeias

---

*Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa e Susana Bernardo.  
Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.*